

**PBQP - PROGRAMA BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE
SUBCOMITÊ DO SUBPROGRAMA - III
EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**

**PACTI - PROGRAMA DE APOIO À CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA DA
INDÚSTRIA
SUBCOMISSÃO DE EDUCAÇÃO E GESTÃO TECNOLÓGICA DO PACTI**

QUESTÕES CRÍTICAS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Cláudio L. Salm*

Azete Fogaça**

*** do Instituto de Economia Industrial da UFRJ**

**** do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa**

setembro/1995

PBQP - PROGRAMA BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE
SUBCOMITÊ DO SUBPROGRAMA - III
Educação, Formação e Capacitação de Recursos Humanos

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - (Coordenador)
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem dos Transportes
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
MEC - Ministério da Educação e do Desporto
MTb - Ministério do Trabalho
MCT/CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ABRH - Associação Brasileira de Recursos Humanos
CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CONSED - Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação
UNDIME - União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação
CUT - Central Única dos Trabalhadores
CGT - Confederação Geral dos Trabalhadores
FORÇA SINDICAL
CONCEC - Conselho Consultivo Empresarial para a Competitividade
FIEP - Federação Interestadual das Escolas Particulares
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

PACTI - PROGRAMA DE APOIO À CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA DA
INDÚSTRIA
Subcomissão de Educação e Gestão Tecnológica

FDC - Fundação Dom Cabral
ANPEI - Associação Nacional de Pesquisa Industrial
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Sócio-Econômicos
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia
MEC - Ministério da Educação e do Desporto
PUC/MG - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
SEBRAE Nacional - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI Nacional - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNICAMP - Universidade de Campinas
USP - Universidade de São Paulo
MICT - Ministério da Indústria, Comércio e Turismo

COMISSÃO DE SUPERVISÃO DESTE DOCUMENTO

Nassim Gabriel Mehedff	Presidente da Comissão (PBQP/MTb)
Carlos Alberto Leão	(PBQP/SENAI)
Gianna Cardoso Sagázio	(PACTI/FDC)
Eliana Cardoso Emediato	(PACTI/MCT)
Clemente Ganz Lúcio	(PACTI/DIEESE)
Frederico Araújo	(PACTI/MCT)
Célio da Cunha	(MEC)

APRESENTAÇÃO

É recente, no Brasil, a discussão sobre a relação dos objetivos e resultados dos sistema educacional e a elevação da qualidade de desempenho do setor produtivo e a necessidade de que este processo resulte na elevação da competitividade internacional do Brasil e na melhoria da qualidade do povo brasileiro.

Nos anos 70, as interpretações equivocadas, e até radicais, da teoria do Capital Humano, levaram à reforma da legislação do sistema educativo, em especial do 2º grau, que não trouxeram resultados positivos. Por outro lado, vem sendo questionado o entendimento que sempre se teve sobre objetivos e prioridades de formação profissional e educação técnica historicamente destinada a uma certa parte da população pobre, desvalida da sorte e direcionados à formação de trabalhadores para desempenho de tarefas específicas em postos de trabalho para um setor produtivo organizado e baseado no modelo fordista de produção.

Hoje, a reorganização do setor produtivo, seja autônoma ou incentivada pela introdução de novas tecnologias, traz à agenda nacional novas questões e exigências para a educação como um todo.

Este trabalho tem a finalidade de buscar alternativas, prioridades e estratégias para o avanço do que é necessário fazer para alcançar esta relação harmoniosa dos resultados de ação educativa com as atuais necessidades da realidade brasileira. O que se busca é a adequação dos objetivos educacionais às novas exigências do mercado internacional e interno, e, em especial, na consolidação do processo democrático no que concerne à formação do cidadão-produtivo.

O PBQP e o PACTI, como movimentos fomentadores de ações integradas para o alcance daqueles objetivos, poderão beneficiar-se deste trabalho no sentido do alargamento dos debates e definição de ações estratégicas e legislação permanente.

Busca-se superar a discussão sobre a qualidade na educação, do ponto de vista restrito da melhoria da gestão do sistema educacional e de seus instrumentos específicos, para alcançar consensos mais estruturais sobre a busca de um sistema educacional integrado à exigências qualitativas do setor produtivo e da sociedade.

Cabe ressaltar que este documento reflete posições dos documentos consultados e de uma série de debates, tanto internos do PBQP e do PACTI, como de vários encontros que contaram com a participação de acadêmicos, trabalhadores, empresários e representantes de entidades governamentais. O último debate, aconteceu no mês de julho de 1995 em São Paulo.

A partir da conclusão dos debates, os programas iniciarão uma ampla disseminação do documento visando mobilizar a sociedade para a implantação das questões aqui levantadas, bem como a irão elaborar uma linha de ações concretas passíveis de serem realizadas dentro de seus objetivos.

Nassim Gabriel Mehedeff
Presidente da Comissão Supervisora

SUMÁRIO

I. Introdução

II. Consolidação dos Estudos

1. As Tendências já Verificadas
2. A Situação Brasileira

III. Prioridades

1. Educação Básica
2. Ensino Superior
3. Educação Geral x Educação Tecnológica
4. Atendimento a Jovens e Adultos Subescolarizados
5. O Papel das Instituições de Formação Profissional
6. Participação dos Sindicatos de Trabalhadores
7. Participação Empresarial
8. Gestão da Educação
9. Financiamento da Educação

IV. Conclusões e Recomendações

I - INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é contribuir para a Formulação de estratégias de atuação do PACTI e do PBQP na área educacional. Nele se destaca um conjunto de questões críticas que emergem do debate recente sobre a importância estratégica da Educação numa economia mais globalizada e mais competitiva.

Para tanto, buscamos consolidar os textos que se encontram listados em anexo.¹

Qualquer comparação internacional coloca o Brasil em desvantagem, desde a escola elementar até o ensino superior, mesmo em relação a países de níveis de renda per capita semelhantes ao nosso.² O desempenho qualitativo do sistema educacional brasileiro, cujos números veremos adiante num breve diagnóstico, deixa muito a desejar.

Nesse sentido, na medida em que o país retome o crescimento sustentado, a Educação ameaça se apresentar como uma verdadeira "rigidez" da economia brasileira.

A modernização, hoje, se comparada ao ciclo anterior, implica em impactos muito maiores sobre os perfis educacionais da mão-de-obra, principalmente ao nível do "chão de fábrica".

Observa-se uma conjunção de novas formas de automação com novas formas de organização, que tornam a produção mais integrada e mais flexível. Esta é a essência das novas formas de produzir. A capacidade de inovação tecnológica e gerencial (capacitação tecnológica) e a formação de redes de parcerias entre empresas, passaram a ser os fatores preponderantes para a competitividade.

A capacitação tecnológica, por sua vez, depende cada vez mais da participação dos trabalhadores nas decisões que afetam o dia-a-dia da produção. A maior qualificação do trabalhador direto ("rank and file") passou a ser um importante complemento do trabalho de técnicos e engenheiros no processo de inovação, o que implica, também, em relações de trabalho que enfatizam a cooperação e, portanto, uma maior integração entre os níveis hierárquicos. [13]

Essa dimensão ganha importância na medida em que o alcance de maior competitividade de uma indústria agora não depende exclusivamente do uso de equipamentos e sistemas informatizados, porque já não se trata apenas de **adotar inovações** mas, principalmente, de **ser capaz de gerar inovações**. [4] [13]

Além disso, e pela experiência de quase todos os países que vêm passando por profundas reestruturações econômicas, emerge como um problema novo o chamado "desemprego tecnológico". Se, antes, a solução para o problema do desemprego aberto no Brasil se resolvia fundamentalmente pelo crescimento da economia, agora as mudanças na estrutura produtiva e na organização da produção alteram aquela relação.

¹ Referida através da numeração entre colchetes.

² Na América Latina, somente Honduras supera o Brasil em porcentagem de analfabetos na força de trabalho (18 x 16.7%). No outro extremo, a Participação do pessoal com nível superior no Brasil (8.4%), equivale à da Bolívia (8.2%) e à da Nicarágua (8.1%), enquanto no Peru, por exemplo, alcança 16.1%. São estimativas da OIT para 1993, contidas em "Informa"/OIT, Nº1.

Com isto, a discussão em relação ao desemprego passou a dar realce à noção de "empregabilidade", isto é, dar aos segmentos mais vulneráveis da população trabalhadora as condições mínimas necessárias à obtenção de emprego.

Por tudo isso, as questões realmente críticas da Educação brasileira estão, então, localizadas no ensino básico.³

Não existe um modelo único, que tenha surgido nestes quinze a vinte anos de reestruturação produtiva, para a resolução dos problemas relativos à reciclagem da mão-de-obra gerados por estas mudanças. Mesmo entre as economias mais exitosas na reconversão industrial - como a Alemanha e o Japão - observam-se experiências muito diferenciadas de Educação profissional.⁴

Entretanto, apesar da diversidade de caminhos, os países que melhor enfrentaram a questão apresentam os seguintes traços comuns:

- universalização da Educação básica;
- forte envolvimento empresarial com a qualificação;
- mudanças técnicas e organizacionais negociadas com representações de trabalhadores.
- abertura do leque de oportunidades públicas de qualificação profissional e retreinamento.

No Brasil, estas questões já fazem parte das agendas empresarial, sindical e governamental. Todavia, estão ainda profundamente marcadas por problemas tais como a seletividade e a baixa qualidade da Educação básica, a escassez de oportunidades de qualificação profissional para os menos escolarizados e a escassa atenção empresarial para as questões educacionais.

Este é o quadro geral que emerge da bibliografia consultada, especialmente [2] [4] [6] [7] [8] [9] [10] [12] [13] [15] [16].

³ A denominação "ensino básico" diz respeito ao ciclo de escolaridade que compreende o ensino de 1º e 2º graus. No contexto do ensino de 1º grau, denominamos Educação fundamental ao período que vai da 1ª à 4ª série (o antigo curso primário).

⁴ Como "Educação profissional" denominamos as ações educativas, formais e não-formais, dedicadas à qualificação numa profissão/ocupação determinada.

II - EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO: CONSOLIDAÇÃO DOS ESTUDOS

O melhor desempenho da força de trabalho diz respeito principalmente ao conhecimento mais amplo do processo produtivo, ao grau de abstração das novas tarefas, a relações de trabalho mais cooperativas e, portanto, ao uso de habilidades intelectuais que são produtos da Educação Geral, ou seja, do conjunto de conteúdos das diferentes áreas do conhecimento que compõe os currículos do ensino básico regular, voltados para o desenvolvimento pleno das capacidades/potencialidades dos indivíduos. [12] [13]

Todavia, a necessidade de uma escolaridade básica completa para os trabalhadores não é consensual. Ainda se questiona o alcance dessas transformações, isto é, há os que supõem que apenas um pequeno segmento dos trabalhadores, naturalmente os mais envolvidos diretamente com os novos equipamentos, é que experimentarão estas mudanças, enquanto a grande maioria seguirá realizando tarefas simples e rotineiras e que, por isto, demandarão menos Educação. Existem ainda os que entendem que a escolaridade básica regular não seria tão fundamental, bastando então algum acréscimo de conhecimentos teóricos e instrumentais aos trabalhadores (formas supletivas, em cursos de curta duração), para que eles se ajustem aos novos perfis ocupacionais. [12] [13]

Entretanto, o conceito de **produtividade sistêmica**, que está presente na produção moderna, implica a visão e tratamento articulados das questões sociais e econômicas e de aspectos de infra-estrutura, como pré-condição ao sucesso de um projeto de reestruturação produtiva. [13]

"Se a meta é uma maior produtividade sistêmica, o que se deve buscar, no que se refere à Educação, é a elevação do nível de escolaridade da população como um todo, e não apenas daqueles que estarão mais diretamente envolvidos com as novas tecnologias. A crise educacional brasileira afeta a economia como um todo, e desta perspectiva deve ser enfrentada". [13]

1. As Tendências Já Verificadas

Na experiência internacional, naquilo que se refere à qualificação de recursos humanos de acordo com os novos requisitos, é interessante destacar, em primeiro lugar, aqueles países que já possuíam bons sistemas de Educação básica, como por exemplo a Alemanha e o Japão. Destes o que importa registrar são as formas de articulação entre Educação, Qualificação e Sistema Produtivo. Em segundo lugar, países como os Estados Unidos, que enfrentam problemas muito semelhantes aos nossos na área da Educação Básica. E, finalmente, os "tigres asiáticos", que foram capazes de reverter, num prazo relativamente curto, um quadro educacional mais dramático do que o nosso atual. [12] [13]

O que chama a atenção, no caso japonês, é a estreita correspondência da estrutura educacional à estrutura ocupacional e, principalmente, a importância atribuída ao desempenho escolar nos processos de recrutamento e seleção. As empresas valorizam e respeitam os critérios de avaliação escolar em suas contratações, o que, por sua vez, leva as escolas a se preocuparem permanentemente com seu desempenho. Isto resulta, inclusive, na grande valorização do magistério, que percebe salários bastante diferenciados em relação aos segmentos de escolaridade semelhante.[13]

Na Alemanha o sistema educacional se articula de uma outra forma com o sistema produtivo. O essencial desta experiência é que, tradicionalmente, existe uma estreita cooperação entre a escola (de nível médio) e a empresa, com papéis claramente definidos:

às escolas cabe a transmissão dos conteúdos de Educação geral; às empresas, a responsabilidade pela aplicação prática dos conhecimentos técnico-científicos relacionados à habilitação específica. [12] [13]

Este modelo resulta na total responsabilidade das empresas, no que se refere aos encargos técnicos e financeiros da qualificação profissional, ainda que estes transcendam às suas necessidades imediatas. A perspectiva é de uma qualificação geral da mão-de-obra e os gastos envolvidos são assumidos como **investimento**, que trarão **retornos a longo prazo para o setor produtivo como um todo**. [13]

Ainda na experiência alemã, cabe falar na atuação sindical. Os sindicatos de trabalhadores possuem larga tradição de negociação dos conflitos, que foi capaz de incorporar também uma boa dose de cooperação.

Mas, tanto no caso alemão como no japonês, muito diferentes entre si ⁵, as políticas sindicais têm em comum o "apoio negociado" aos esforços de modernização das empresas do país. [12] [13]

O empenho dos norte-americanos para superar suas notórias deficiências no ensino básico, consideradas hoje uma verdadeira ameaça à sua liderança econômica, concentram-se nos seguintes aspectos: [12] [13]

- revalorização do sistema público de Educação geral e não mais do ensino vocacional;
- envolvimento das empresas com a melhoria do desempenho pedagógico nas redes públicas do ensino básico, particularmente aquelas que atendem aos segmentos mais problemáticos da população;
- apoio das empresas aos programas inovadores que visem atingir prioritariamente aos que tendem ao fracasso escolar;
- embora se ofereça ensino supletivo aos mais velhos, o objetivo maior é o de dotar a população mais jovem, alvo dos programas especiais, de condições para se reintegrar ao fluxo regular do sistema educacional.

A definição destes objetivos se baseia no reconhecimento de que a raiz dos problemas de desempenho do operariado norte-americano está na má qualidade da Educação básica e na pouca escolaridade de um grande grupo. Para este, estão propostas estratégias supletivas de ensino que, quando destinadas aos mais jovens, buscam elevá-los a um patamar de conhecimentos que lhes permita reingressar no sistema regular de ensino, para que completem sua escolaridade no tempo adequado ao conjunto de conhecimentos que devem assimilar tanto para um bom desempenho profissional, como para uma maior integração social. [12] [13]

O caso dos países asiáticos é particularmente importante para a situação brasileira, pois mostra que, sem apelar para soluções de curto prazo, ou para medidas paliativas, como campanhas de alfabetização ou cursos intensivos profissionalizantes, lograram, num espaço de 10 a 20 anos, praticamente universalizar um ensino básico de qualidade. E aqui, o exemplo mais significativo é o da Coreia que, até o início dos anos 70, tinha um desempenho educacional pior do que o nosso atual. Em 15 anos de investimento no sistema público, inclusive na formação e remuneração dos professores, o analfabetismo adulto foi reduzido a taxas insignificantes, foi universalizado o ensino fundamental e, no

⁵ Não existe no Japão um secundário profissionalizante, como na Alemanha. A escola básica no Japão é uma só e a qualificação é assumida pelas grandes empresas, "on the job".

nível médio, o sistema atende hoje a cerca de 90% da população de 15 a 19 anos. [12] [13]

"Em síntese, do conjunto das experiências, observa-se que as soluções passam sempre pelo ensino público, pela valorização e boa remuneração do magistério e, ainda, por mecanismos nacionais de avaliação. Outro aspecto fundamental a destacar é a importância dos mecanismos de cooperação - empresas, governo e sindicatos - em função da recuperação ou da reestruturação dos sistemas educacionais. Nesses mecanismos, além da repartição de responsabilidades, há também a distribuição dos encargos financeiros entre as partes envolvidas, na perspectiva da obtenção de resultados amplos, que favoreçam à sociedade como um todo". [13]

2. A Situação Brasileira

2.1- A Educação Geral/Breve Diagnóstico

O diagnóstico sucinto que fazemos a seguir é compartilhado pelos documentos que compõem a bibliografia consultada para a elaboração deste trabalho. Destaque-se, em primeiro lugar, que o perfil de escolaridade da população brasileira ainda hoje deixa muito a desejar: a grande maioria possui conhecimentos que equivalem no máximo às quatro primeiras séries do 1º Grau, além da existência de cerca de 15 milhões de analfabetos adultos.

Até o final da década passada, 38% dos trabalhadores brasileiros possuíam no máximo o antigo curso primário completo (4ª Série do 1º Grau) e apenas 15,4% tinham concluído o 2º Grau. Na indústria de transformação, somente 7,4% tinham o 2º Grau completo e 50% possuíam no máximo a escolaridade equivalente ao antigo curso primário.⁶

Apesar de uma melhoria quantitativa, ocorrida ao longo dos anos 70 e 80, o sistema educacional apresenta resultados que correspondem a um fraquíssimo desempenho e alto grau de seletividade. Esta se evidencia, no ensino de 1º Grau, na permanência de altas taxas de evasão e repetência. [12] [13]

No ensino médio, embora o fluxo dos alunos seja melhor, o total de matrículas corresponde a apenas 30% dos jovens de 15 a 19 anos.⁷ O percentual dos jovens brasileiros que concluem o 2º grau e chegam à Universidade ainda é bastante baixo, comparado aos dos países de industrialização recente. Entre 1984 e 1987, na Coréia, Taiwan e Japão, as matrículas no ensino superior representam, respectivamente, 3,6%, 2% e 2% da população total⁸, enquanto no Brasil, ainda hoje, está em torno de 1%, o mesmo percentual apontado nas estatísticas educacionais dos anos 60. [13]

Vê-se que o sistema educacional se expandiu sem, entretanto, alterar substancialmente a forma da pirâmide educacional. No ensino de 1º Grau a cobertura, em termos gerais, pode ser considerada boa: no meio urbano, pelo menos 90% das crianças de 7 a 14 anos têm

⁶ Dados da RAIS/86, extraídos de CARVALHO, R.Q. - Projeto de Primeiro Mundo Com Conhecimento e Trabalho de Terceiro? - Um Estudo Comparativo das Implicações da Aceleração da Mudança Tecnológica Para os Processos de Trabalho e os Recursos Humanos na Indústria - UNICAMP, 1992. (mimeo)

⁷ Este baixo atendimento decorre essencialmente do fato que apenas 22% dos que ingressam na 1ª série do ensino de 1º Grau conseguem concluí-lo.

⁸ CARVALHO, R.Q. - op.cit.

oportunidade de acesso à escola. No ensino de 2º Grau, até o final dos anos 80 a oferta de vagas foi suficiente para atender pelo menos 85% dos concluintes do 1º Grau.

Agora a rede física dos sistemas públicos começa a ser insuficiente, fenômeno acelerado, em boa parte, pelo retorno de jovens e crianças da classe média ao ensino público, face às dificuldades em acompanhar os aumentos das mensalidades na rede privada. [13]

No que se refere ao acesso, então, o problema quantitativo não é hoje tão grave como há três décadas atrás, mas deve merecer atenção, pois que ao aumento da demanda por razões econômicas se acrescenta a questão das escolas de três ou mais turnos, e dos prédios escolares cujo alto grau de deterioração determina a interdição de espaços e conseqüente diminuição da capacidade de atendimento. Estes são problemas já conhecidos, mas para os quais ainda não foram tomadas medidas realmente eficazes. [13]

De todo modo, há que se qualificar a demanda quantitativa, porque ela já não tem as dimensões de três décadas atrás, quando a construção de novos prédios em todos os sistemas era imprescindível e prioritária. De fato, uma análise mais atenta dos números que caracterizam o desempenho do sistema educacional brasileiro mostra que a questão maior diz respeito ao fracasso escolar, ou seja à baixa qualidade do ensino que nele se oferece, que gera altos percentuais de repetência, o que acaba por ocasionar um "congestionamento" no fluxo escolar e a distorção da relação idade-série, inclusive deixando de liberar vagas para aqueles que alcancem a idade de ingresso no sistema. [12] [13]

A alta seletividade do sistema ainda se evidencia nos números do 1º Grau, com a permanência de expressivas taxas de evasão e repetência, a despeito da adoção, em alguns Estados e Municípios, de medidas altamente controversas, como a aprovação automática nas quatro primeiras séries, o "bloco único", ou o "ciclo básico", com a exclusão da avaliação na passagem da 1ª para a 2ª série. Estas iniciativas apenas adiaram a explicitação da incapacidade da escola em cumprir os objetivos pedagógicos das primeiras séries.

"...No decorrer da década (anos 80), a diminuição de tais índices (evasão e repetência) nas séries iniciais, motivada por medidas político-administrativas, como a instituição do ciclo básico em São Paulo, foi compensada pelo aumento proporcional na reprovação e evasão que passou a incidir sobre as séries mais avançadas (5ª e 8ª)." ⁹

De todo modo, o fracasso destas medidas não anulam o diagnóstico inicial: é fundamental investir nas séries iniciais. O que as experiências mal-sucedidas podem estar demonstrando é que não se trata de um problema que se resolva apenas por medidas técnico-administrativas. Há que se pensar em novos currículos, em novos materiais didáticos e recursos auxiliares de ensino, numa maior capacitação do professor para a difícil tarefa da alfabetização e, o que é muito importante no quadro atual de desprestígio e de baixa remuneração de magistério, em incentivos salariais e de promoção na carreira para aqueles docentes dedicados ao ensino nas séries iniciais.

2.2 - A Situação do Magistério: Qualificação e Remuneração

⁹ NAMO DE MELLO, G. e NEUBAUER DA SILVA, R. - "Política Educacional no Governo Collor: Antecedentes e Contradições".

Diante dos dados que denunciam o fraco desempenho do sistema educacional e dos indicativos de que grande parte dos maus resultados está relacionada à qualidade do trabalho pedagógico, torna-se evidente que qualquer iniciativa no sentido da melhoria do ensino básico deve começar por uma atenção especial ao professor, a quem caberá, em última análise, transformar as novas propostas que eventualmente surjam numa ação pedagógica competente.

Apesar dos dados mostrarem uma melhoria do perfil de escolaridade média dos docentes do ensino fundamental, dos mais de 600 mil professores que lecionam nas quatro primeiras séries, a etapa onde se localizam os piores resultados do sistema, cerca de um quarto dos professores tem 8 anos de escolaridade ou menos, o que significa no máximo o 1º Grau completo, sem qualquer habilitação para a função do magistério e, pior ainda, para a alfabetização.

Os professores com os mais baixos níveis de escolaridade estão majoritariamente nas redes municipais de 1º grau das zonas rurais das regiões Nordeste e Centro-Oeste, onde, inclusive, se destaca o segmento daqueles que não possuem sequer o antigo curso primário completo. Estes professores com menos de 4 anos de escolaridade são mais de um terço dos que atuam nas zonas rurais de todo o país. A figura do professor leigo já é suficientemente conhecida e apontada como uma das práticas clientelistas mais utilizadas nos pequenos municípios do interior do Brasil.

No que se refere aos salários, os dados disponíveis indicam que os professores de 1º grau percebem, em média, remunerações inferiores a categorias profissionais com nível de escolaridade semelhante.¹⁰

Em recente estudo sobre o financiamento dos gastos com a Educação em São Paulo, observou-se que em 1993, os salários dos professores haviam sofrido uma perda de poder aquisitivo de quase 80% em relação aos salários percebidos em 1980, conforme vemos a seguir.¹¹

Massa Anual de salários dos Professores PI e PIII

SP - Rede Estadual de Ensino - 1980/1993 (1980=100)

anos | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985 | 1986

salários | 100.0 | 83.5 | 73.6 | 61.9 | 58.5 | 64.6 | 64.6

anos | 1987 | 1988 | 1989 | 1990 | 1991 | 1992 | 1993

salários | 54.4 | 44.0 | 47.7 | 42.5 | 30.8 | 26.3 | 22.7

¹⁰ Além disso, as médias regionais apresentam enormes variações. Os 40 mil professores das quatro primeiras séries na zona rural do Nordeste percebiam, em 1982, um salário médio de US\$ 20,17; na zona rural da região Sul, US\$ 73, quando a média nacional era de US\$ 182,60. Estas disparidades se repetem na RAIS 87, último ano para o qual se dispõe de dados nacionais.

¹¹ FRACALANZA, P.S. - "O Financiamento da Educação Pelo Governo do Estado de SÃO Paulo". Dissertação de Mestrado, IPE/USP, 1995.

Fonte: FRACALANZA, P.S., op.cit.

PI= professor das quatro primeiras séries do 1º Grau, com formação ao nível do 2º grau.

PIII= professor de 1º e 2º Graus, com formação de nível superior.

2.3 - A Deterioração do Sistema Educacional

Nos meios educacionais existe consenso de que as reformas de 1968 (ensino superior) e 1971 (ensino básico), contribuíram fortemente para o quadro da crise atual. Essencialmente, desestruturamos um modelo de escola que fazíamos com alguma competência e que hoje se mostraria mais adequado. À medida em que o sistema educacional se expandia, abandonamos progressivamente a preocupação em oferecer uma Educação geral de qualidade no ensino básico, em troca de uma pretensa profissionalização. [13]

A prioridade para a terminalidade do 2º Grau acabou por contribuir fortemente para a deterioração desse grau de ensino. Não se fez de fato a profissionalização e destruiu-se a estrutura curricular que garantia até então uma formação geral com alguma qualidade.

A expansão do ensino superior se deu de forma desordenada e também com sério comprometimento da qualidade dos cursos oferecidos. A massificação do 3º Grau ocorreu, em sua maior parte, através da expansão do setor privado que, inclusive, atendeu a boa parte da demanda reprimida. Tal como ocorreu no ensino básico, a ênfase na profissionalização também marcou a reforma do 3º Grau, apoiada no seu sentido mais pobre, o da prioridade aos conteúdos específicos e à especialização estreita, em detrimento de uma formação mais ampla. [13]

Nas universidades públicas, em que pese sua grande heterogeneidade, o ensino ministrado é geralmente de qualidade superior à dos estabelecimentos privados. A face profissionalizante também prevaleceu nas instituições públicas mas, o fato de serem elas responsáveis por cerca de 90% da pesquisa científica feita no país pode ter contribuído para que a queda da qualidade do ensino não fosse tão pronunciada. [13] [17]

Do conjunto de questões mais gerais afetas ao ensino superior pode-se destacar dois pontos particularmente relevantes para o nosso tema. O primeiro seria o pouco envolvimento do ensino superior com a melhoria do ensino básico. Nas universidades, as Licenciaturas se transformaram em cursos de "segunda linha", perdendo muito em qualidade e prestígio. Sabe-se que isto se deve também à degradação da carreira do magistério, que se reflete até mesmo na queda da demanda por aqueles cursos, principalmente nas Universidades públicas. [13]

Lembre-se ainda que, apesar da reconhecida má qualidade, as instituições privadas de ensino superior recebem hoje quase dois terços da matrícula total, sendo que a maioria está em cursos de Licenciatura. Ao retrain as instituições públicas, o Estado abriu um mercado efetivo tanto para as instituições privadas, como para aqueles que nelas se graduavam, e que, hoje, apesar da precariedade da formação que receberam, correspondem a cerca de 90% do magistério das redes públicas. [13]

III - PRIORIDADES

Os textos consultados permitem apontar os seguintes pontos como os mais críticos no panorama da Educação brasileira:

1. Educação Básica
2. Ensino Superior
3. Educação Geral x Educação Tecnológica
4. Atendimento a Jovens e Adultos Subescolarizados
5. O Papel das Instituições de Formação Profissional
6. Participação dos Sindicatos de Trabalhadores
7. Participação Empresarial
8. Gestão da Educação
9. Financiamento da Educação

1. Educação Básica

A importância da Educação geral no contexto das transformações produtivas em curso e, por consequência, os entraves decorrentes da baixa escolaridade dos trabalhadores, estão presentes em praticamente todos os documentos pesquisados.¹²

Naqueles que refletem a opinião dos empresários, as razões que justificam o destaque para os problemas do ensino de 1º e 2º graus são, principalmente, as seguintes:

- que o desenvolvimento tecnológico necessita de uma mão-de-obra capaz de entender e incorporar mudanças rápidas e profundas que afetam as formas de produzir;
- que mesmo aqueles que não participam diretamente da produção de bens e serviços, inclusive o próprio consumidor, necessitam dominar um mínimo de competências intelectuais para poder sobreviver e participar adequadamente numa sociedade moderna;
- que o baixo nível de desempenho do sistema educacional brasileiro, particularmente no que se refere à Educação básica, aponta para a necessidade de profunda reformulação desse sistema. [10] [12]

"É necessário defender um sistema educativo que forme um homem auto-realizado, com uma Educação geral completa, que o torne capaz de assimilar as diversas tarefas e habilidades que a nova empresa exigirá e, por conseguinte, capaz de mover-se no interior da organização social do trabalho..."

A baixa escolaridade da população economicamente ativa constitui sério obstáculo para uma qualificação profissional adequada ao novo paradigma, baseado na capacidade de absorver e gerar inovações. A validade do novo paradigma exige do sistema educativo em geral, e da formação profissional em particular, a superação da qualificação unidimensional que tem como ponto principal o posto de trabalho, e proporcionar uma formação mais completa e de conhecimentos significativos." [8]

Quanto aos impactos das novas tecnologias sobre os perfis ocupacionais, destaca-se a necessidade de uma sólida base de Educação geral a partir da qual o indivíduo adquirirá

¹² À exceção daqueles que se reportam a temáticas mais específicas, como o documento do SEBRAE, que privilegia a questão da difusão dos conteúdos relativos à qualidade, e a resenha da produção recente sobre C&T no Brasil, que dá maior ênfase ao ensino superior e ao ensino técnico de nível médio, sem se reportar às questões mais gerais da Educação básica.

os conhecimentos e habilidades específicas de uma ocupação e estará capacitado para um processo de adequação às constantes mudanças que se prevê que ocorram. [12] [13]
Tal percepção é compartilhada com os empresários que, preocupados com a disponibilidade de mão-de-obra qualificada, destacam a necessidade de que essa formação seja suficiente para garantir um processo de Educação permanente.

" Um grande esforço será necessário, principalmente no que diz respeito ao mercado de trabalho industrial, para a adequação dos trabalhadores ao atual nível de avanço tecnológico das empresas. Já não é possível que um indivíduo invista um longo tempo na sua Educação e na sua formação profissional, com a intenção de adquirir uma base de conhecimentos ou de qualificação que seja suficiente para toda sua vida produtiva. A Educação recebida pelos jovens deve ter uma base sólida, que permita uma aprendizagem constante e a atualização de conhecimentos pelo resto de sua vida profissional". [8]

A revalorização da Educação básica conduz necessariamente a um diagnóstico do sistema educacional que, na literatura consultada, apresenta um ponto consensual já mencionado: o sistema educacional, no que se refere ao ensino fundamental, não apresenta maiores problemas de cobertura.

As questões de cobertura que ainda persistem são localizadas e sua resolução depende da adoção de políticas mais discretas de expansão da rede, abrangendo apenas as regiões e os pontos em que ela esteja saturada, ambos facilmente localizáveis nos dados estatísticos por unidade escolar apresentados pelas Secretarias de Educação.[13]

Outro aspecto consensual, tanto nos documentos originados do segmento empresarial quanto naqueles estudos realizados pela comunidade acadêmica, é a baixa qualidade do ensino oferecido no sistema de Educação básica, assim como a falta de estrutura para a execução de um bom trabalho pedagógico - instalações ruins, falta de recursos materiais e instrucionais, professores mal-preparados, dirigentes escolares pouco hábeis na gestão das unidades e sistemas escolares, etc. [10] [11] [13]

Nessa mesma ótica, o Plano Decenal de Educação para Todos se reporta aos

"obstáculos próprios do sistema educacional, cujas características de desempenho e insucesso comprometem os avanços obtidos nos níveis de atendimento da população",

e que assim se resumem:

"- baixa produtividade do sistema, evidenciada pelas perdas observadas, por evasão e repetência, em sucessivas gerações escolares...Desenvolve-se uma 'cultura da repetência' que leva à perda da auto-estima e ao abandono precoce da vida escolar;

- nível insatisfatório da qualidade do ensino, expresso em modestos índices de desempenho escolar, decorrentes de insuficientes condições infra-estruturais e pedagógicas para a realização do processo de ensino;

- práticas de avaliação de desempenho escolar inadequadas, incapazes de proporcionar uma visão globalizada das dificuldades e do progresso do aluno...;

- pouca criatividade do sistema para atender a grupos em situações específicas, como jovens engajados na força-de-trabalho, deficientes, minorias, etc;

- ausência de metodologias e processos adequados para o trabalho com grupos em Situação de risco, principalmente os marginalizados social e economicamente." [3]

Entretanto, apesar desses aspectos que se mostram consensuais, existem ainda questões a serem debatidas no que se refere à problemática do ensino básico. Uma delas diz respeito à situação do magistério. Embora seja de conhecimento amplo o fato de que grande parte da questão qualitativa decorre da desvalorização da carreira do magistério, notadamente no que diz respeito aos salários, a solução não parece trivial face ao problema fiscal, que inclui o não cumprimento da legislação que estabelece percentuais das receitas tributárias a serem aplicados em Educação.

Quanto a isto, o Plano Decenal de Educação para Todos aponta a

"inexistência de política e de comprometimento mais amplo com as questões do magistério. Embora o nível de titulação tenha aumentado, persistem problemas de desempenho. Há necessidade de aperfeiçoar o sistema de formação e capacitação, de se estabelecer justa remuneração, bem como de melhorar as condições de trabalho e de profissionalização dos docentes". [3]

Seja pela diminuição da capacidade financeira do Estado, seja pela pouca clareza que cerca a aplicação dos recursos da Educação, conforme veremos no item dedicado às questões de financiamento, o fato é que os salários seguem sendo achatados e existe consenso em torno do fato de que este é um fator gerador de desmotivação e de greves sucessivas, elementos que dificultam qualquer projeto de melhoria da qualidade do ensino. Lembre-se que, mesmo a obrigatoriedade da existência do Estatuto do Magistério, que se apoia em texto legal, ainda não é realidade na maior parte do país.

Também é reconhecido o fato de que o fracasso escolar se concentra basicamente nas duas primeiras séries. [3] [12] [13] Isto induz a que se busque a melhoria dos processos de alfabetização, com a Introdução de métodos e técnicas mais adequadas mas, principalmente, investindo-se substancialmente na formação de especialistas em alfabetização, que poderiam inclusive receber incentivos salariais para que se dedicassem exclusivamente ao ensino nas primeiras séries. Todavia, esta é uma proposta que encontra entraves no próprio quadro de cargos e salários típico do serviço público, que dificulta qualquer tentativa de tratamento diferenciado para este segmento do professorado. [13]

Note-se que a baixa qualidade do ensino nas primeiras séries é responsável, além dos fenômenos da evasão e da repetência, pelo fato de que mesmo aqueles que concluem o antigo curso primário (4ª série do 1º grau), o fazerem com inúmeras deficiências.[16]

"Os dados que vêm sendo coletados sistematicamente pelo SENAI e pelo SENAC demonstram que grande número dos alunos que terminam a 4ª e a 6ª séries do primeiro grau nas escolas públicas apresentam níveis de desempenho extremamente baixos: são incapazes de ler e escrever corretamente, de se expressar com clareza, de dominar as ferramentas básicas que lhes permitam até mesmo engajar-se num curso adequado de formação profissional." [10]

Outro aspecto relevante na questão qualitativa e em torno do qual não há ainda consenso diz respeito ao atendimento que deve ser dado à clientela mais carente. O destaque, aqui, é para a

"descontinuidade das políticas educacionais - associadas a interferências clientelísticas e a insuficientes graus de institucionalização ...", além do uso de "inapropriados dispositivos de articulação entre os diversos níveis e modalidades

educativas, dificultando a acumulação de experiências de desenvolvimento e aprendizagem, a continuidade desses processos ao longo da vida e a adoção de metodologias e procedimentos de ensino que atendam às carências educativas específicas, notadamente daquelas pessoas em situação de risco social ou sujeitas à discriminação de qualquer ordem." [3]

2. Ensino Superior

A competência e a base científica e tecnológica dos recursos humanos, principalmente daqueles diretamente envolvidos nas atividades de P&D, trazem grandes responsabilidades para o ensino superior quando se aborda as questões ligadas à competitividade e às inovações.

"É fácil perceber que, na questão da capacitação tecnológica, a universidade é, de longe, a instituição mais adequada para interagir com o sistema produtivo, já que ela dispõe de pessoal mais altamente qualificado e afeito à pesquisa, da base de conhecimentos científicos cada vez mais necessária (e em níveis crescentes de complexidade) e dos alunos de graduação e pós-graduação capazes de dedicar-se profissionalmente, com a competência e qualificação adequadas, às atividades e aos centros empresariais de pesquisa e desenvolvimento." [17]

No Brasil, a participação do ensino superior na modernização produtiva conduz ao debate em torno de alguns problemas, particularmente o da capacitação tecnológica, que por sua vez está profundamente articulado aos problemas qualitativos e quantitativos hoje detectados no ensino superior.

"Sucesso ou fracasso na transferência de tecnologia depende crucialmente das características do receptor. Se o receptor sabe muito pouco, ele pode fazer muito pouco, mesmo com uma idéia simples, porque ele é incapaz de gerar a massa de detalhes tipicamente necessária para implantar uma nova tecnologia. Por outro lado, se o receptor sabe bastante, mesmo de poucas fases ou de pedaços de uma tecnologia, ele é capaz de reconstruir todo o resto. É por isso que é tão difícil transferir tecnologia para o Terceiro Mundo e tão difícil não transferi-la para o Japão". [17]

Esta é uma realidade que remete para os problemas de qualidade e de quantidade que são apontados hoje no sistema educacional brasileiro e, para o que nos importa neste item, no ensino superior.

Do ponto de vista quantitativo, destaca-se o fato da matrícula nos cursos superiores ser pequena em relação à faixa etária. O encaminhamento natural da questão é a expansão da matrícula - maiores oportunidades de acesso ao ensino superior - principalmente nas universidades públicas. Destaque-se a referência, em documentos dedicados especificamente aos programas de C&T, à matrícula nos cursos das engenharias, que hoje atraem apenas 8% dos alunos de graduação. [4]

Todavia, esta é uma questão que não se resolve apenas no âmbito das universidades, já que a matrícula total no ensino superior é compatível com o contingente de concluintes do 2º grau. Assim, a expansão se mostra dependente do desempenho do ensino básico, isto é, da melhoria do fluxo dos alunos desde o 1º grau, de modo que um maior número

de jovens alcance e conclua o segundo grau, habilitando-se assim para o acesso ao ensino superior. [13]

A crise do ensino básico traz também outras dimensões para a discussão dos problemas da Universidade. Se se reconhece que a escola básica é elemento fundamental para o projeto de modernização produtiva - a centralidade da maior escolaridade da mão-de-obra - é indispensável que a Universidade se preocupe também em como enfrentar a queda da procura dos cursos nas áreas de Humanas e Sociais, onde se localiza a maior parte dos cursos de formação de professores.

A decadência das Licenciaturas já acarreta, nos sistemas públicos de Educação Básica, carência de professores em diversas áreas, num ritmo ascendente, o que torna a formação de professores uma área mais crítica do que as engenharias. Significa então uma atenção especial às Faculdades de Educação, por serem as maiores responsáveis pela oferta de cursos de Licenciatura e por terem a seu cargo a formação de especialistas para o ensino básico, nos cursos de Pedagogia. [13]

Do ponto de vista qualitativo, além da constatação da precariedade da formação dos egressos do ensino superior em algumas áreas ¹³, existe a preocupação com uma revisão curricular que dê maior importância à questão da qualidade e da produtividade e, conseqüentemente, da "maior competitividade nos produtos e nos serviços", conforme os objetivos de programas como o PBQP e o PACTI. [5]

"É imprescindível envolver o jovem e o trabalhador, o professor e o aluno, o pesquisador e o técnico, o empresário e o governo - todos conscientes de um processo educativo que se faz pelo trabalho do dia-a-dia e pela formação de mão-de-obra qualificada...' e que visa, entre outros objetivos, 'promover a introdução de programas e disciplinas sobre qualidade e produtividade nos sistemas formal e não-formal de ensino, em todos os níveis; promover a formação de docentes, técnicos e alunos de universidades, institutos de pesquisa, centros de Educação tecnológica... com vistas a formar multiplicadores da qualidade e produtividade; e apoiar programas de pós-graduação no País, nas áreas de interesse para a qualidade e produtividade.'" [14]

Além destes aspectos mais internos à Universidade, uma questão que surge como consensual é o pouco envolvimento do ensino superior com os problemas do ensino básico. Embora se destaque, nas necessidades de treinamento e atualização do magistério do ensino básico, a relevância da participação das instituições de ensino superior [4] [13] [14], sobressai também a "pouca integração dos recursos de conhecimento e de competência das universidades aos esforços de melhoria das condições de desenvolvimento dos sistemas de ensino e dos recursos humanos que eles demandam." [3]

3. Educação Geral x Educação Tecnológica

No que se refere à relação entre Educação geral e Educação tecnológica, os textos que nos servem de base apontam a necessidade de ampliação dos conteúdos técnico-científicos nos currículos da Educação geral [6] [11] [13] [15]. Paralelamente, preconiza-se o

¹³ O exame de avaliação ao final do curso, recentemente proposto pelo atual governo seria uma decorrência deste problema.

enriquecimento dos conteúdos dos cursos técnicos, reduzindo ou eliminando o caráter predominantemente instrumental que os caracteriza. [13]

Existe ainda uma terceira percepção, explicitada nos documentos do SEBRAE [14] e na resenha de C&T [4], que prega o enriquecimento dos conteúdos dos cursos técnicos, porém com disciplinas mais especificamente ligadas às novas tecnologias e às questões de qualidade e de produtividade.

Especificamente, dois dos documentos tratam do ajuste dos currículos/conteúdos da escola básica às necessidades da era tecnológica, introduzindo disciplinas específicas, de conteúdos profissionalizantes [6], ou de aspectos ligados à qualidade e à produtividade. [14]

Entretanto, constata-se um dissenso no tratamento da relação Educação geral - Educação tecnológica, que se explicita principalmente no documento do MEC/SENTE [2] e no texto de Moura Castro [6]. O primeiro propõe a criação de um sistema nacional de Educação tecnológica e, o segundo, defende uma função "mediadora" do SENAI na oferta de profissionalização ao nível do 1º grau. Na verdade, ambos reforçam a continuidade da antinomia formação geral - formação especial, a continuidade da existência de redes diversificadas - profissionalizante e de Educação geral, além da idéia de que a Educação geral pouco tem a ver com a Educação tecnológica.

A concepção de "Educação Tecnológica" que permeia, no MEC, a discussão sobre as novas tecnologias e seus impactos sobre a qualificação profissional, se restringe apenas aos cursos técnicos de nível médio e cursos superiores da área tecnológica, notadamente as Engenharias, conforme se evidencia, por exemplo, no documento "adequação da Educação Tecnológica ao Processo de Modernização do País - Plano de Ação", redigido por uma comissão interministerial. [2]

Segundo aquele documento, "Educação tecnológica" é apenas um novo formato do ensino técnico tradicional, no qual simplesmente se amplia a parte das disciplinas técnico-científicas e se promove uma maior articulação entre as instituições que tradicionalmente oferecem o ensino de 2º grau profissionalizante (SENAI, Escolas Técnicas Federais e Estaduais) e aquelas dedicadas ao ensino superior de Engenharia (universidades e Centros Federais de Educação Tecnológica).

Nesta perspectiva, a escola regular de Educação geral, e mesmo as áreas de Ciências Humanas, Sociais e Biológicas nas Universidades, estariam fora do universo de abrangência ou de preocupações da "Educação Tecnológica".

O conjunto das idéias expostas no documento da Comissão Interministerial pode ser caracterizado da seguinte maneira:

- pela negação da já reconhecida influência global desta nova era tecnológica, cujos impactos, diretos e indiretos, se fazem presentes em todas as esferas da atividade humana;
- pela tentativa de manter, tal como na perspectiva tradicional (taylorista), a idéia de que o conhecimento científico é atributo exclusivo de uma minoria que vai ocupar espaços estratégicos no processo e na organização da produção;
- pelo reforço à idéia de que existem dois modelos diferentes e dissociados de Educação - um para os que vão trabalhar diretamente com as novas tecnologias, e outro, para os que serão "usuários" dela;
- pela proposição, ainda que indireta, da retomada de uma concepção dualista do sistema educacional, que seria composto então por um ramo de "Educação tecnológica" e outro de Educação geral;

- por um movimento contrário àquele que se verifica nos países que reformularam seus sistemas educacionais com vistas à reestruturação produtiva;

Outro conceito restrito de "Educação Tecnológica" aparece também, entre nós, nas propostas de reimplantação da "Iniciação ao Trabalho" nas escolas regulares de 1º Grau. A partir da idéia da "difusão de uma cultura geral para uma sociedade tecnológica", busca-se uma determinada conexão entre Educação Geral e Formação Profissional, na qual atribui-se às instituições de Formação Profissional, no caso específico o SENAI, uma função "mediadora".[6]

Mediante acordos com as escolas, o SENAI assumiria seu (suposto) papel de responsável pela oferta de "disciplinas tecnológicas", de caráter optativo, na rede de Educação básica.

Concretamente, propõe a instalação de ambientes ou de pequenas oficinas, anexas às escolas, onde instrutores do SENAI transmitiriam, aos alunos que se interessassem, as "disciplinas tecnológicas".

Também neste caso podemos destacar alguns aspectos básicos para a identificação dos equívocos contidos na conceituação de "Educação Tecnológica" pois, na verdade, o que se apresenta como "disciplinas tecnológicas" são as aplicações práticas e cotidianas do conhecimento, ou dos conteúdos transmitidos pela escola, o que seria obrigação de um bom ensino básico, vocacional ou não. Além disto, se destacam:

- a reafirmação da idéia errônea de que existem dois tipos distintos de conhecimento: os "acadêmicos" - aqueles que dão ênfase à base conceitual, ou teórica - termo usado pejorativamente, como sinônimo de inutilidade; e os tecnológicos - que dão ênfase à aplicação prática do conhecimento - considerados úteis porque diretamente relacionados a tarefas de um posto de trabalho ou de uma ocupação.
- o não-reconhecimento da escola básica, e do currículo de Educação geral, como *locus* e meio adequados à aquisição de conhecimentos úteis para a atividade produtiva.
- o esvaziamento do discurso e dos esforços na direção da melhoria do ensino básico de conteúdos gerais.
- o reforço da idéia de que a profissionalização precoce é a única alternativa válida para a questão do fracasso escolar, evidência maior da baixa qualidade do ensino básico. Em outras palavras, ao invés da preocupação em recuperar o sistema educacional, principalmente na questão da qualidade do ensino oferecido, a ênfase está na profissionalização dos que fracassam.

Esta conceituação de Educação tecnológica está presente, ainda, na resenha sobre C&T [4], quando se reporta à "falta de um sistema de Educação tecnológica, que **integre o ensino técnico de nível médio ao ensino superior, das engenharias principalmente**.

Assim, a definição do que seja a "Educação Tecnológica" se apresenta como fundamental na distinção das diferentes posições e conceitos que orientam, entre nós, as ações educacionais institucionais. Isto porque a apreensão restrita dessa expressão introduz segmentações indevidas no sistema educacional, contrariando inclusive as tendências hoje dominantes no mundo. A principal implicação é a desvalorização da Educação básica como parte essencial da Educação Tecnológica, o que enfraquece a idéia-força de superação da crise educacional brasileira.

Para os objetivos explicitados tanto no documento da SENETE/MEC, quanto na proposta de iniciação profissional ao nível do 1º grau, o mais adequado seria o uso da expressão

"Educação profissional" ao invés de "Educação tecnológica", na medida em que se está tratando, na verdade, do atendimento a necessidades mais imediatas de inserção no mercado de trabalho através de uma qualificação profissional específica - preocupação típica da formação profissional, e não de uma formação suficientemente ampla que permita, posteriormente, a tomada de decisão a partir de um leque de qualificações possíveis, que seria a preocupação maior, do ponto de vista da profissionalização, da Educação tecnológica.

Neste sentido, é no documento do Ministério do Trabalho [20] que, usando a expressão "Educação profissional", encontramos uma conceituação e propostas de ação mais adequadas para o que se denomina "Educação tecnológica". Centrada numa série de propósitos entre os quais se destaca a maior oferta de oportunidades de qualificação e requalificação dos trabalhadores, o documento da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional do MTb busca "recolocar a questão da Educação profissional na pauta da construção de um novo modelo de desenvolvimento e da própria modernização das relações capital-trabalho".

Dando prioridade ao "saber aprender", o documento do MTb dá destaque ao novo perfil ocupacional básico e à necessidade de um maior investimento, por parte das empresas, na Educação de seus empregados, em oportunidades educativas que contemplem tanto a formação específica, profissional, quanto a Educação geral.

"Parte significativa das empresas começa assim a investir em qualificação e requalificação de seus empregados... Esse investimento corresponde, por um lado, a requisitos da própria inovação tecnológica e organizacional, tais como integração, confiabilidade e qualidade. Por outro lado, configura estratégia de compensação de **deficiências de escolaridade básica, que comprometem o desempenho mínimo do trabalhador.**"[20]¹⁴

Considerando fundamental a integração das diferentes estratégias de qualificação da força-de-trabalho, o documento aponta para a necessidade do estabelecimento de parcerias entre os vários atores sociais - governo, empresas, trabalhadores, educadores - numa tarefa que implica o "repensar da Educação geral e profissional, no plano conceitual, pedagógico e de gestão".

"Em face da crescente difusão de um novo perfil de competências no mercado de trabalho, começa a perder sentido a dicotomia 'Educação-Formação profissional' e a correspondente separação de campos de atuação entre instituições educacionais e de formação profissional. Trabalho e cidadania, competência e consciência, não podem ser vistos como dimensões distintas, mas reclamam **desenvolvimento integral do indivíduo** que, ao mesmo tempo, é trabalhador e cidadão, competente e consciente".[20]

O processo de articulação entre a escolaridade de 1º e 2º graus e a formação profissional deve ter como foco a "empregabilidade, entendida não apenas como capacidade de obter um emprego mas, sobretudo, de se manter em um mercado de trabalho em constante mutação". Assim, do ponto de vista conceitual, a expressão "Educação profissional" acaba por incluir a Educação geral, diferentemente dos documentos [2] e [6], ao tratar do

..."vasto campo a ser coberto pela qualificação e requalificação profissional, especialmente para trabalhadores precariamente escolarizados. Não se trata de substituir Educação básica pela formação profissional. Mas de abrir

¹⁴ Grifos nossos.

alternativas a quase dois terços da força-de-trabalho do País, a maioria na plenitude da vida ativa (25-40 anos de idade), que não possui mais que quatro anos de escolaridade - nem terá chance ou condições de voltar à escola. Para esses, é preciso encontrar a fórmula de **conciliação sistemática entre qualificações tácitas**, dominadas a partir da experiência prática, **com o aprendizado de conteúdos conceituais e abstratos**, cada vez mais demandados para o trabalho." [20]¹⁵

Para tanto, o documento se reporta ao que denomina "avanço conceitual", que diz respeito

"ao conhecimento da dinâmica da reestruturação produtiva no país e seus impactos sobre o trabalho e a qualificação; à nova natureza do trabalho, que começa a perder sua feição fragmentada e isolada em postos restritos, para tornar-se coletivo, multifuncional e polivalente; a um **novo conceito de qualificação**, que deixa de ser entendida como estoque de conhecimentos e habilidades para configurar-se como competência sujeita a aprendizado contínuo; a **novas bases de integração entre Educação básica e profissional**, complementares e mutuamente reforçadoras e, por último, às novas tarefas da Educação profissional, em matéria de requalificação e formação contínua de trabalhadores e desempregados, superando a visão anteriormente predominante, de "treinamento" em sentido restrito". [20]

Note-se que os equívocos que aqui apontamos na definição do que seja "Educação tecnológica" e que tendem a ser superados a partir do documento [20], também reservam às instituições de formação profissional alguns dilemas. Já que seus alunos são majoritariamente egressos de escolas de Educação geral, aquelas instituições seriam levadas a preencher as lacunas deixadas por um tipo de Educação que não se aproxima das necessidades trazidas pela evolução tecnológica. Isto acaba exigindo que tais instituições repensem seu papel e suas condições concretas de superação das falhas trazidas pelos alunos em sua Formação geral e técnico-científica.

Tal já está ocorrendo no SENAI [15], sem que, entretanto, se tenha chegado a um consenso sobre qual a melhor linha da atuação frente aos desafios dos novos perfis de qualificação profissional. A instituição se debate diante de duas perspectivas: a primeira, de elevar os pré-requisitos de escolaridade, chegando inclusive à exigência de 1º grau completo, o que a tornaria ainda mais seletiva diante do fraco desempenho do sistema educacional; a segunda, de manter os atuais pré-requisitos ou até mesmo rebaixá-los, para possibilitar o atendimento aos menos escolarizados, procurando assim abranger toda a clientela, dentro e fora do mercado formal de trabalho, que demanda alguma formação profissional. E para essa clientela, seria indispensável a oferta de oportunidades de iniciação e complementação da escolaridade formal.

"Existe um elevado consenso entre empresários e sindicalistas sobre as funções que o SENAI deve desenvolver durante a década de 90. Vislumbra-se em primeiro lugar a expansão da Formação Profissional de 2º grau e a consolidação do aumento da oferta de cursos de curta duração. Em segundo lugar, o consenso aponta para a necessidade do SENAI se dedicar à difusão de novas tecnologias... a formação de tecnólogos parece ser de extrema importância para as indústrias de base. Poder-se-ia antecipar que não é tão necessário que o SENAI se envolva com a formação de 1º grau. No entanto, tendo em vista a heterogeneidade das empresas industriais e ainda mais os baixos níveis de escolaridade da população, uma visão

¹⁵ idem

oposta pode ser defendida, no sentido do SENAI investir na Educação de base do trabalhador." [16]

Esse investimento nas lacunas deixadas pela Educação geral é contestado em outro documento, que considera que a falta de uma Educação básica adequada, que dê aos alunos os conhecimentos, conceitos e comportamentos adequados à sua inserção em programas de formação profissional, compromete as políticas de qualidade e de eficiência que as empresas se propõe, notadamente na área da formação profissional.

..."SENAI e SESI vêm deslocando mais de 25% do seu tempo, de seu esforço financeiro e de sua atenção ao suprimento das carências cognitivas dos aprendizes que eles recebem em suas escolas. Isso pode ser considerado como uma ação meritória e essencial, mas também representa um desvirtuamento de funções essenciais, que deveriam se concentrar na formação profissional. De certa forma, isso acarreta um custo adicional para o setor produtivo..."[10]

Ainda no contexto da relação entre Educação geral e Educação tecnológica, destaca-se o fato do ensino técnico, sabidamente, ser mais um eficiente trampolim para o ensino superior, do que um curso destinado a suprir a demanda do mercado por técnicos de nível médio. Este é mais um dado que leva à necessidade de maior atenção ao ensino médio de Educação geral, este sim com uma função propedêutica prevista e desejável, deixando ao ensino técnico a função primordial de encaminhar as vocações para as funções técnicas intermediárias. [13]

Quanto a isto, caberia pensar, ou na transformação da parte de formação específica das escolas técnicas em cursos "pós-secundário", sem equivalência com o ensino superior, ou na eliminação da parte de formação geral, como tende a fazer o sistema SENAI. Em ambos os casos, os alunos que procurassem, nas escolas técnicas, uma formação específica, seriam aqueles que efetivamente estariam buscando uma forma mais adequada de ingresso nas posições intermediárias da estrutura ocupacional. Neste caso, cabe lembrar a proposta da CUT [19], de criação de Centros Públicos de Formação Profissional, aberto à classe trabalhadora independentemente dos pré-requisitos formais que vigoram, hoje, nas escolas técnicas e nos cursos técnicos do sistema SENAI.

Ainda no que se refere ao ensino técnico, seja ele dado nas escolas técnicas ou nas instituições de formação profissional, cabe lembrar as experiências mais exitosas nesta área, que são as do Japão e da Alemanha, onde o ensino técnico é uma questão eminentemente **empresarial**.¹⁶ No Brasil, o ensino técnico é uma questão predominantemente **pública** - a rede de escolas técnicas é, majoritariamente, federal e estadual - ou **semi-pública**, como é o caso das instituições de formação profissional.

Não se está pregando, com essa comparação, a privatização do ensino técnico. A sua manutenção na esfera pública, apesar de significar alguns problemas, de gestão e de financiamento principalmente, pode significar também a garantia da oferta de uma Educação mais abrangente - conforme se requer atualmente, porque menos preocupada com as necessidades mais específicas e mais imediatas das empresas, que normalmente levam a uma formação mais utilitária, mais estreita.

O essencial a extrair das experiências citadas, é o alto envolvimento do segmento empresarial com o ensino técnico. No caso alemão, isso inclui a participação dos sindicatos de trabalhadores desde a formulação de políticas amplas para a área da

¹⁶ Mas que excluem a Participação dos sindicatos de trabalhadores .

formação profissional, até a discussão de programas e conteúdos. Assim, cabe pensar, no caso brasileiro, numa articulação entre o ensino técnico como um todo (e não apenas aquele oferecido pelas instituições de formação profissional) e o setor produtivo, de modo a colocar num espaço comum de discussão os interesses do Estado, os do empresariado e os dos trabalhadores.

4. Atendimento a Jovens e Adultos Subescolarizados

Os jovens e adultos subeducados são objeto das atenções dos documentos oriundos do segmento empresarial [10] [12] [14] [16], já que retratam a situação de maioria dos trabalhadores. Entretanto, o Plano Decenal de Educação Para Todos faz alusão direta, quando cita os obstáculos à melhoria do sistema de ensino, à "omissão da política educacional em relação ao desenvolvimento das competências cognitivas e sociais de jovens e adultos e na definição dos segmentos a serem prioritariamente atendidos". [3]

Nesse contexto, um dos problemas a serem assinalados é a falta de consenso, ou de decisão política, em torno da necessidade de maior oferta de ensino público noturno, regular e supletivo, para jovens e adultos trabalhadores, seja para iniciação, seja para complementação da escolaridade formal. [12] [13]

Os documentos assinados por empresários encaminham a questão no sentido do atendimento escolar no local de trabalho, acompanhado de uma maior oferta de ensino supletivo em escolas anexas às fábricas e sem prejuízo da jornada de trabalho ou, ainda, a utilização de estratégias/modalidades de ensino à distância. [12] [17]

"Dada a carência educacional da força-de-trabalho brasileira e os problemas institucionais para reverter este quadro, tornou-se necessário que as empresas investissem recursos em áreas tradicionalmente de responsabilidade do Estado. Isto é, apesar do custo, até o presente, as empresas líderes, pelo menos parcialmente, resolveram o problema de carência de mão-de-obra. No entanto, não está claro se essa solução continuará válida para o futuro e, nem mesmo, se é adequada para o restante das empresas industriais". [17]

Todavia, ainda assim permanecem como questões relevantes:

- a dificuldade em se propor que a complementação da escolaridade formal seja parte integrante das oportunidades de qualificação profissional - o treinamento em serviço tende seguir sendo exclusivamente operacional, para a maioria dos trabalhadores diretos. O maior avanço que se obtém nesta área é a aceitação, já registrada pelo SENAI, da oferta, para esses trabalhadores, de cursos rápidos de conteúdos mais gerais (relações humanas, por exemplo). [17]
- o debate em torno da qualificação para o trabalho autônomo, que esbarra no fato de que, de modo geral, envolve a formação em profissões/ofícios com poucos requisitos de escolaridade mas cujos mercados não tendem a se expandir, o que contrariaria o sentido primeiro da oferta de qualificação, que é de fornecer melhores condições de inserção no mercado de trabalho. [6] [17]

5. O Papel das Instituições de Formação Profissional

As instituições de formação profissional estão procurando rever seus objetivos e metas face ao novo contexto da produção industrial. Já que a Educação tecnológica pressupõe agora um melhor ensino básico, essas instituições buscam rever seus objetivos e

finalidades, até então ligados especificamente ao ensino de tarefas e operações típicas de determinada ocupação, mais o que de instrumental for necessário. [13] [17]

Do ponto de vista das estratégias a intenção declarada é de manter suas atividades tradicionais, aquelas que ainda sejam demandadas, mas incorporar novas atividades, inclusive antecipando mudanças que se sabe estão por vir. Buscam assim um comportamento pró-ativo com relação à formação profissional, tanto no que se refere à metodologia da formação quanto à formulação de uma nova proposta de organização do sistema de formação profissional. [17]

Em relação às empresas, preconizam um novo papel, essencialmente de difusão de novas tecnologias para a capacitação tecnológica das empresas, ao mesmo tempo em que sensibilizam e formam o empresariado, tendo em vista as mudanças em curso e as novas demandas que elas irão gerar. Nesse novo papel sobressai como estratégia básica a prestação de serviços de assistência e apoio técnico para as empresas, através dos Centros Nacionais de Tecnologia. [17]

Quanto aos programas regulares de qualificação profissional, a tendência apresentada é de reestruturação desses programas, extinguindo cursos superados, abrindo novos já demandados e até mesmo criando novas demandas. Todas estas atividades estarão acompanhadas de um processo de reformulação de currículos e metodologias de ensino, com a implantação de novas experiências pedagógicas. [16] [17]

Por último, pretende-se um esforço no sentido do melhor uso possível dos recursos disponíveis, com a melhoria dos recursos humanos existentes (programas de atualização e capacitação), otimização dos recursos financeiros e da capacidade instalada, inclusive com a flexibilização da gestão. [17]

Ainda se percebe alguma dificuldade na redefinição do papel dessas instituições quando se indaga, como vimos no item anterior, o que fazer com os alunos com escolaridade insuficiente. As instituições não pretendem assumir um papel que é do Estado por definição, de oferecer Educação básica universalizada e de boa qualidade, mas se vêm obrigadas a manterem programas "compensatórios" das deficiências de escolaridade que os egressos dos sistemas públicos de Educação geral apresentam. [16]

E é nesse contexto que propõem novas formas de articulação com os sistemas públicos de ensino, de modo a garantir que seus egressos tenham a base de Educação geral adequada ao processo de qualificação profissional. [16] [17]

6. Participação dos Sindicatos de Trabalhadores

Os sindicatos de trabalhadores participam cada vez mais efetivamente do debate educacional. O diagnóstico da crise educacional que apresentam não difere daquele descrito nos documentos e estatísticas oficiais. [9] [19]

Em relação à crise da Educação, pretende-se a maior participação das comunidades, dos segmentos organizados da sociedade, principalmente os sindicatos de trabalhadores, buscando maior transparência e efetividade na gestão dos sistemas educacionais.

"Se, em primeiro lugar, entendermos a Educação como um bem de caráter econômico para um país, os sindicatos possuem uma função fundamental no campo educacional e, em segundo lugar, se entendermos a Educação como uma

ferramenta necessária para atingirmos a cidadania, o papel dos sindicatos também é de extrema importância"...

Os sindicatos não podem ficar à margem de qualquer processo econômico ou político e, portanto, preocupar-se com a Educação fundamental é tão importante para os sindicatos quanto pensar em formação profissional. Pensar na questão da cidadania é acompanhar de perto o contexto educacional do país." [9]

A questão da qualificação profissional é colocada no conjunto da crise educacional brasileira, principalmente no que diz respeito à oferta de ensino público, gratuito e de alta qualidade para a classe trabalhadora, que por sua vez deve ser atenta e atuante no debate sobre as políticas e ações na área da Educação.

"A formação profissional é patrimônio social e deve ser colocada sob a responsabilidade do trabalhador e estar integrada ao sistema regular de ensino, na luta mais geral por uma escola pública, gratuita, laica e unitária, em contraposição à histórica dualidade escolar do sistema educacional brasileiro..."[19]

No que se refere à qualificação profissional, relacionada mais especificamente ao SENAI, as questões colocadas têm dois motivos básicos:

- diante de realidade da Educação brasileira o SENAI torna-se elitista, já que exige o primeiro grau completo para os que pretendem uma vaga [9], e
- a gerência dos recursos e suas aplicações serem feitas exclusivamente por empresários, além de usar uma metodologia e conteúdos dos cursos voltados exclusivamente para a formação de trabalhadores e não de cidadãos. [9] [19]

Tendo como ponto essencial a reivindicação da gestão tri-partite das instituições de formação profissional, consideram os sindicatos que os custos de manutenção do SENAI e das outras agências empresariais de formação profissional, ao serem repassados para os custos finais dos produtos, transformam os recursos da instituição em recursos públicos, pagos pelos contribuintes/ consumidores, o que implicaria, então uma gestão tri-partite (empresários, sindicatos e Estado) ou bi-partite (empresários e sindicatos), a fim de garantir ao trabalhador efetiva participação na gerência dos recursos e na discussão sobre os currículos. [9] [19]

"A formação profissional deve estar submetida ao controle direto do Estado e... os trabalhadores devem intervir nesse processo, participando, através de suas organizações, da definição, da gestão, do acompanhamento e da avaliação das políticas e dos programas de formação profissional." [19]

Temos aqui, evidentemente, um ponto polêmico, embora nenhum dos outros documentos consultados contenha declarações ou argumentos contrários.

Três aspectos importantes, destacados principalmente nos documentos da CUT, são a participação sindical nos programas de requalificação dos trabalhadores, procurando assegurar que também os interesses dos que forem alvo desses programas sejam considerados; o estabelecimento de melhores condições para o trabalhador que estuda: por exemplo, a redução da jornada sem perda de vencimentos, a facilitação do acesso a escolas próximas do local de trabalho e, a inclusão, nas pautas de reivindicações, de itens relativos à questão da Educação e da qualificação profissional do trabalhador.[19]

7. Participação Empresarial

- em relação ao ensino básico:

O empresariado acredita que ocupa posição privilegiada no que se refere à questão da relação entre escolaridade e qualificação da força-de-trabalho. As opiniões que emitem reforçam inclusive a necessidade de revisão da relação entre escola e trabalho.

"...os empresários industriais, mais que os educadores, são precisamente os que hoje identificam tendências na relação de transformações no processo de trabalho, no nível de escolaridade e na qualificação real exigida pelo processo produtivo. É consenso entre os industriais que a relação Educação-mundo do trabalho, com as novas tecnologias, se tornou mais necessária e ao mesmo tempo mais complexa, já que o nível qualitativo do sistema educacional é cada vez mais baixo". [8]

Destaque-se ainda a percepção de que o empresário tem importante papel a desempenhar, no esforço de elevação do nível de escolaridade dos trabalhadores.

"Aos empresários, juntamente com outros segmentos da sociedade, em especial trabalhadores e governos, cabe um papel essencial de estimular este caminho (um sistema educacional que assuma a responsabilidade de uma formação de um novo tipo,... que forme o indivíduo com uma Educação geral completa, que o torne capaz de assimilar as diversas tarefas e habilidades que a nova empresa exigirá; um sistema que tenha uma política de formação para os possíveis "excluídos", aqueles que necessitam com urgência desenvolver as habilidades que esta nova situação exigirá), criando as condições para a universalização do acesso à escola básica, combatendo a evasão nas séries iniciais e promovendo uma necessária revisão curricular." [8]

Quanto à participação empresarial no esforço para a elevação do nível de escolaridade dos trabalhadores, as posturas recomendadas compreendem, como no documento da CNI [8] e do IEDI [11], o apoio efetivo às medidas que se mostrem urgentes e necessárias, visando a universalização da Educação básica para a população de 7 a 18 anos.

"A manifestação deste apoio se dá não só pelo financiamento direto da instalação de escolas de Educação básica para empregados das empresas - o que não seria regra geral - mas, principalmente pela contribuição fiscal efetiva, sem abrir mão de exigir que os poderes públicos cumpram com o dever do Estado, de um bom uso dos recursos arrecadados." [8]

- em relação ao ensino superior/capacitação tecnológica

No campo da capacitação tecnológica para a produção a situação da indústria brasileira é considerada satisfatória - mais de 400 empresas nacionais estão qualificadas de acordo com as normas de qualidade ISO 9.000. Entretanto,

"a situação é muito diferente no campo da capacitação tecnológica para a inovação... Os grandes investimentos industriais associados à inovação, globalmente na ordem de 2% do PIB ao ano nos países desenvolvidos e em desenvolvimento acelerado, nunca foram feitos e nem pareciam necessários, a não ser por algumas poucas empresas que se constituíram e se constituem em honrosas exceções à regra geral." [17]

Este grave problema fica mais evidenciado quando se considera

"o investimento total em Ciência e Tecnologia, que chegou, no Brasil, em 1988, a apenas 0,8% do PIB, valor a ser comparado com os quase 3% do Japão e dos Estados Unidos e, especialmente, com os 2,5% da Coreia. A partir de 1988 o investimento governamental tende a cair, chegando a 0,3% do PIB em 1992, se estabilizando nesse patamar. É uma questão que se liga principalmente à deterioração da capacidade de investimento do governo federal, mas que mostra também a falta de investimento do setor produtivo brasileiro em pesquisa e desenvolvimento". [17]

Com a abertura da economia, apresenta-se como de fundamental importância uma mudança significativa na postura empresarial em relação à P&D no Brasil. Os investimentos em atividades nesta área se revelam como elementos estratégicos e decisivos para o sucesso e para a sobrevivência das empresas.

Os centros empresariais de pesquisa desempenham um triplo papel: primeiro, "trazem importante e decisiva contribuição para a empresa e para o país com as inovações que conseguem colocar no mercado". Em segundo lugar, porque "permitem que as empresas se defendam das inovações conseguidas por outras, ao fazer com que elas participem do processo de difusão que se segue às inovações" e, finalmente, "porque permitem que nos processos de transferência de tecnologia, haja transferência de 'know-why' e não apenas de 'know-how', com a incorporação do novo conhecimento feito de modo a permitir inovações construídas a partir dele." [17]

8. Gestão da Educação

No que se refere à gestão da Educação, o primeiro aspecto a constatar, principalmente no ensino básico, é a precariedade das práticas de seleção, admissão e lotação e, fundamentalmente, da política salarial e de carreira do magistério. Aqui cabe ressaltar a ineficácia dos critérios e métodos, tanto da parte da administração pública quanto dos sindicatos de profissionais da Educação; as iniciativas e as decisões de ambas as partes deixam sem solução os conflitos que se apresentam na área e acabam estimulando o clientelismo, o corporativismo e o grevismo. [3]

Em relação aos programas compensatórios, de apoio ao estudante, os focos de problemas estão no âmbito do livro didático e na merenda escolar. No que diz respeito ao livro didático, a eficiência do programa é comprometida pela centralização dos processos de aquisição e de distribuição, que impedem que o livro esteja à disposição de alunos e professores no início do ano letivo.

Cabe lembrar também a questão da qualidade dos livros selecionados, tanto do ponto de vista do tipo de papel e da qualidade gráfica como, principalmente, no que se refere aos conteúdos (exatidão das informações, atualização e adequação à clientela).

Já na merenda escolar, ao lado de programas como saúde e transporte, que condicionam fortemente o desempenho e a permanência na escola, os problemas indicam a dificuldade de manter tais ações em dimensão nacional a partir da administração centralizada. [3]

Outra marca negativa da gestão da Educação é a multiplicidade de projetos educacionais iniciados e não concluídos, em decorrência da alternância de administradores públicos. A

descontinuidade das ações, ao lado da adoção de percepções equivocadas ou casuísticas, conferem ainda ao sistema um elevado grau de inércia, com pouca disposição para a adoção de inovações, para a incorporação de avanços e de novas estratégias de ação no ensino e na gestão educacional.

Os problemas de gestão estão presentes nos vários níveis decisórios do sistema educacional. A centralização burocrática impede que a unidade escolar assuma sua identidade junto à comunidade a que serve, pela falta de autonomia didática e financeira, e pela ausência de participação da comunidade.

Em relação ao financiamento da Educação, os problemas de gestão que podem ser apontados vão desde a insuficiência dos recursos alocados, face à profundidade da crise educacional e da deterioração do sistema, até a dispersão e a ineficiência na gestão dos recursos. Acrescente-se a este quadro o despreparo dos recursos humanos para as atividades típicas de gestão e o fato de que são poucos e insuficientes os mecanismos de controle social sobre a efetividade e a pertinência da aplicação dos recursos destinados à Educação. [3]

Para agravar este panorama da gestão da Educação, constata-se a pouca clareza no que diz respeito às responsabilidades de cada um dos níveis de administração pública. O sistema educacional como um todo e, mais ainda, a própria sociedade, se ressentem do fato de não estarem suficientemente explicitadas as responsabilidades e iniciativas que devem ser cobradas da União, dos estados e dos municípios, no que diz respeito à Educação.¹⁷ [13]

Nesse quadro, destaca-se a necessidade urgente de dotar o Ministério da Educação dos instrumentos de política necessários à sua função de instância coordenadora a nível nacional, não obstante a desejada e crescente autonomia das esferas estadual e municipal no que diz respeito à oferta de Educação básica.

"Não temos claramente uma instância de coordenação, de tal modo que, quando se pensa numa política global no nível de Ministério, é desesperador o problema de que os instrumentos de orientação política são extremamente precários... Uma urgente mudança dessas responsabilidades é fundamental, sem o que não vamos garantir um outro elemento vital que é o aumento do investimento em Educação. Quem é que vai aumentar? E em que nível? não se trata simplesmente de um aumento global... O investimento tem que ser programado, tem que ter prioridades". [21]

Do ponto de vista da unidade escolar, a questão da gestão envolve hoje também o que se chama "gestão da qualidade", que resultaria num maior compromisso com sua clientela - alunos e pais de alunos, começando por definir com clareza qual é o seu "produto" e buscando formas mais apropriadas à sua consecução. [18]

Nesta linha, pode-se falar da inadequação dos modelos de avaliação hoje utilizados, da rigidez da relação escola-comunidade, da rigidez das hierarquias do sistema e daquelas internas às escolas e, por parte dos docentes, do precário engajamento nas metas e objetivos estabelecidos e na baixa expectativa quanto ao sucesso dos seus alunos. Cabe ressaltar que estes não são aspectos exclusivos da unidade escolar; a gestão da qualidade, com todos os problemas constatados e com todas as transformações que implica, também diz respeito às burocracias que controlam as unidades escolares. [18]

¹⁷ Retomaremos este ponto no item seguinte, "Financiamento da Educação".

9. Financiamento da Educação

- salários e insumos

As deficiências apresentadas pelo setor educacional, a ocorrência de salários baixos e a inadequação de insumos necessários, sugerem ou uma insuficiência de recursos e/ou sua má gestão. As informações sobre as despesas com a Educação, principalmente as municipais, são pouco fidedignas, por razões de escrituração contábil e, em todos os níveis da administração pública, são distorcidas devido às altas taxas de inflação ocorridas até recentemente.

Apesar disso, a insuficiência de recursos tem sido, em geral, comprovada pelo percentual do PIB gasto com Educação, que segundo uns é de 3,2% e, para outros, de 4,3%. De todo modo, mesmo este é um percentual que se mostra insuficiente, hoje, para a superação do estado de deterioração do sistema educacional como um todo (rede física, equipamentos básicos, recursos auxiliares de ensino, remuneração do pessoal, etc).¹⁸

Quanto aos efeitos da Emenda Calmon, a partir das informações disponíveis, não há como comprovar que os recursos são insuficientes mas, também não há como afirmar que sejam suficientes. O percentual determinado pela Lei passou, em 1988, de 18% para 25% da receita de impostos de estados e municípios, o que, em princípio, determinaria o aumento do gasto em Educação. Todavia, o que se verificou em muitos casos, foi uma inflexão devida à queda na receita de impostos, fazendo com que o aumento percentual correspondesse, na prática, a uma queda do gasto real.

Em São Paulo, o estado mais rico da federação, o volume de recursos destinados ao ensino básico permaneceu constante em termos reais, de 1980 a 1993, apesar do crescimento significativo da matrícula (50,8%), da rede física (49,7%) e do contingente de professores (54%) no período.¹⁹ Obviamente, esse crescimento se deu à custa da degradação dos salários dos professores e da profunda deterioração do sistema público paulista de ensino básico.

"Um problema crucial: hoje, boa parte da inviabilidade do sistema está concentrada na questão do salário. Ele é a parte mais visível da dificuldade para resolver os problemas no seu conjunto. É onde se concentram as insatisfações e onde, ao mesmo tempo, existe um foco legítimo de insatisfação; é um fator de desmoralização do trabalho porque o professor alega que ganha pouco. De qualquer modo, é impossível ter um professor qualificado pagando o nível salarial que se apresenta".[21]

Outro ponto crucial (na verdade um problema de gestão), é o sistema de financiamento da Educação. O controle sobre os recursos financeiros permanece fortemente centralizado, enquanto a responsabilidade pela administração das escolas está quase que inteiramente descentralizada, nas mãos dos Estados e Municípios.

O financiamento da Educação no Brasil incorpora muitas das desvantagens de um sistema centralizado ou descentralizado e poucas das vantagens de ambos os sistemas. É um sistema estruturado em meio a um conjunto de preceitos constitucionais, com um certo

¹⁸ Nos países da OCDE, o total do gasto em Educação (público e privado) varia entre 5 e 7.5% do PIB

¹⁹ No mesmo período, a parcela das despesas da Secretaria de Educação no total das despesas do governo do Estado foi reduzido, continuamente, à metade. Fracalanza, P.S., op. cit.

número de fontes vinculadas à Educação e com uma variedade de instituições criadas para cumprir objetivos educacionais específicos. Em geral a prioridade declarada tem sido a Educação básica, mas nem sempre a distribuição de recursos tem refletido essa prioridade.

No que se refere ao Salário-Educação, as críticas feitas são procedentes, em sua maior parte: a morosidade burocrática no recolhimento e distribuição dos recursos, assim como a falta de critérios e controle na sua efetiva aplicação, são questões que merecem ser discutidas e resolvidas com a maior urgência. [12]

As propostas apresentadas têm sido principalmente na direção da extinção pura e simples do Salário-Educação ou, na hipótese de sua manutenção, de sua aplicação direta pelas empresas. Ocorre que o Salário-Educação é uma importante fonte de financiamento da escola fundamental, o que significa a impossibilidade de sua extinção sem que se apresente uma proposta alternativa. Em ambos os casos - extinção ou aplicação direta pelas empresas, apenas estariam aprofundando os atuais problemas dos sistemas públicos de ensino, principalmente nos Estados e regiões menos desenvolvidas. [12]

Além disto, o sentido maior da revalorização da Educação é o de elevar o nível de escolaridade da população como um todo. É isto não se obtém educando apenas os que estejam formalmente empregados, enquanto a maioria da população segue na dependência de um sistema educacional cada vez mais precário. [12]

IV - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES ²⁰

Embora a literatura consultada dê destaque à má gestão dos recursos públicos alocados à Educação, é inegável que o país, além de gastar mal, também gasta pouco, principalmente com a Educação básica.

No total, algo em torno de 4% do PIB é destinado à Educação (para a Educação básica são 2%), o que, em princípio, não distoa da média internacional. No entanto, como já foi dito, é insuficiente se levarmos em consideração a necessidade de recuperar o atraso na área, para o que recomenda-se um esforço bem maior. Países como a Coreia, por exemplo, para universalizar o ensino básico, chegaram a gastar em Educação cerca de 7% do PIB durante alguns anos.

A prioridade, sem dúvida, é a qualidade do ensino, já que, como se viu, a cobertura, se não é um problema totalmente resolvido, já permite o acesso à escola de um contingente expressivo da população em idade escolar. Investir na qualidade significa, portanto, garantir condições de permanência e de progressão na escola.

Essas dimensões, por sua vez, dependem, no fundamental, de um melhor desempenho e motivação do professor. Assim, atenção especial deverá ser dada à formação, reciclagem e remuneração do magistério. Tanto para a formação quanto para a reciclagem será essencial uma efetiva articulação com o ensino superior.

1. Financiamento

A. Recomendações

- a. recuperação, pelo menos, dos níveis de gastos públicos registrados ao final dos anos oitenta, cerca de 4,3% do PIB, elevando progressivamente este percentual até 5,5%.
- b. transparência no repasse e aplicação dos recursos da Educação: fim do clientelismo, aplicação efetiva dos percentuais previstos em lei.
- c. melhor acompanhamento e controle dos programas implementados, evitando desperdícios e superposição de ações.
- d. participação e controle da sociedade na aplicação dos recursos públicos destinados à Educação, evitando que estes recursos sejam aplicados em outros programas.
- e. revisão de critérios de transferência de recursos intergovernamentais, levando-se em conta os diferenciais de capacidade fiscal, institucional e administrativa.
- f. implantação de fundos e mecanismos não-convencionais de financiamento de programas inovadores de melhoria de qualidade educacional e de equalização social de oportunidades, especialmente nas grandes concentrações demográficas de pobreza (regiões metropolitanas, cidades de porte médio e áreas rurais críticas).
- g. revisão e simplificação dos procedimentos de arrecadação e repasse dos recursos do Salário-Educação.
- h. revisão dos critérios de distribuição dos recursos do Salário-Educação, a partir de projetos educativos definidos e articulados com as prioridades da política educacional.

²⁰ Esta parte, dedicada ao "que fazer" e "como fazer", baseou-se principalmente nos documentos (3) (8) (9) (12) (13) (14) (16) e (19). Para facilitar o debate, buscou-se separar claramente "recomendações" de "estratégias", embora, como se notará, nem sempre o esforço foi bem sucedido.

- i. redefinição da política de financiamento das três instâncias do poder público, visando a equidade no atendimento educacional, usando o critério custo/aluno na distribuição dos recursos públicos da Educação.
- j. a fiscalização permanente da aplicação dos recursos vinculados - inclusive o Salário-Educação, a garantia desses recursos e a aplicação dentro de uma conceituação própria do que sejam gastos com manutenção e com desenvolvimento do ensino.

B. Estratégias

- a. estruturação no MEC/Delegacias Regionais, de equipes encarregadas da supervisão das aplicações dos recursos transferidos;
- b. a liberação, pelo MEC, de recursos complementares para os sistemas educacionais estaduais e municipais, estará condicionada à execução e aos resultados obtidos nos projetos de melhoria do sistema, assim como ao gasto efetivo, em Educação, do percentual da receita de impostos determinado por lei;
- c. a avaliação final de cada sistema estadual ou municipal levará em conta tanto os resultados de "exames nacionais", quanto o volume e a natureza dos gastos realizados;
- d. a rede de escolas federais de 1º e 2º Grau também integrará o universo a ser avaliado, tanto no desempenho pedagógico, quanto na eficácia da aplicação de recursos.
- e. a aplicação direta do Salário-Educação deve se restringir àquelas empresas (ou consórcios de empresas) que recolham acima de um montante significativo a ser definido. Com isso, diminuiria a malversação dos recursos no processo de compra de vagas em escolas privadas;
- f. para as contribuições abaixo do montante acima referido, o recolhimento seria direto à agência responsável;
- g. da parcela do Salário-Educação que será recolhida, metade deve ser destinada às regiões carentes, a partir de políticas e prioridades claramente definidas, mediante projetos e programas, e não da forma clientelística que tem caracterizado sua distribuição;
- h. a outra metade seria repassada preferencialmente às escolas da rede pública que, eventualmente, poderão ser indicadas pelas próprias empresas que fazem o recolhimento;
- i. os recursos do Salário-Educação devem ser destinados ao ensino básico, e não apenas ao ensino fundamental, incluindo assim o ensino de 2º Grau;

2. Ensino Básico

A. Recomendações

- a. melhoria do acesso e da permanência escolar.
- b. dotar todas as escolas de ensino fundamental, urbanas e rurais, estaduais e municipais, de condições básicas de funcionamento.
- c. proporcionar atenção integral a crianças e adolescentes alunos dos sistemas públicos de ensino básico em áreas urbanas periféricas (carentes).
 - escolas especiais, de tempo integral, nos moldes dos CAIC's e CIEP's, cujos resultados qualitativos, entretanto, ainda são poucos e discutíveis;
 - escolas "comuns", porém com elenco significativo de políticas compensatórias (merenda, atenção à saúde, etc), e com propostas curriculares atualizadas na direção de uma boa formação geral; [13]
 - parcerias com instituições de formação profissional na oferta de disciplinas profissionalizantes, ainda ao nível do 1º grau, para encaminhamento para o mercado de trabalho. [6]
- d. fixação de conteúdos mínimos para o ensino básico.
- e. reestruturação de currículos e melhoria dos livros didáticos.

- f. profissionalização e reconhecimento público do magistério: aumentar progressivamente a remuneração do magistério público, através de plano de carreira que assegure um compromisso com a produtividade do sistema.
- g. atualização e reciclagem de professores.
- h. estímulo às inovações metodológicas.
- i. implantação de sistema nacional de avaliação.
- j. mobilização permanente da sociedade civil, visando a valorização da escola e do professor.
- l. articulação do debate da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação ao debate em torno da Educação para um projeto de desenvolvimento global do país.

B. Estratégias

B.1 - Melhoria e expansão

- a. expansão do atendimento ao pré-escolar, para oferecer a todos as mesmas oportunidades de sucesso e progressão escolar, desde as primeiras séries. As iniciativas comunitárias consideradas habilitadas devem ser apoiadas, eximindo o Estado, neste momento, da construção de uma rede de pré-escolas;
- b. aumento da jornada escolar, nos sistemas públicos, nas quatro primeiras séries do 1º Grau, dando prioridade ao restabelecimento dos dois turnos diurnos; a expansão quantitativa da rede deverá atender à demanda decorrente da eliminação dos múltiplos turnos;
- c. no ensino de 1º Grau, as escolas de tempo integral, com exceção daquelas que comprovadamente atendam às populações muito carentes ou com grandes defasagens idade/série, só devem se expandir na medida em que se cumpra o programa da volta, na rede de escolas "comuns", aos dois turnos diurnos;
- d. nos casos em que seja imprescindível o atendimento em escolas de tempo integral, pode-se prever incentivos materiais (bolsas) para compensar a renda não auferida pelo retardamento da entrada no mercado de trabalho, pelo menos até os 14 anos;
- e. revisão dos conteúdos curriculares do ensino de 1º e 2º Graus, com vistas, no 1º Grau, ao atendimento da aquisição de competências básicas - raciocínio, linguagem, capacidade de abstração, etc. - fundamentais à participação do indivíduo na sociedade moderna; no 2º Grau, além da continuidade desses objetivos, acrescente-se o da oferta de uma sólida base de conhecimentos técnico-científicos (ciências exatas, humanas e biológicas), que servirá tanto à posterior aquisição de habilitação específica de nível médio, quanto ao prosseguimento dos estudos em nível superior.
- f. definição de um padrão nacional mínimo de Educação básica, de aplicação compulsória em todo o sistema educacional brasileiro;

B.2 - Sistema de avaliação

- a. definição de um padrão nacional de Educação básica, com o estabelecimento dos conteúdos e habilidades intelectuais mínimas que todos os alunos do ensino básico, em todo o país, devem ser portadores, ao final da 4ª e 8ª séries do 1º Grau, e da 3ª série do 2º Grau;
- b. determinação, pelos sistemas estaduais e municipais, dos conteúdos que devem ser acrescentados ao padrão nacional, para atender às necessidades e peculiaridades regionais;
- c. estabelecimento de critérios claros e rígidos para a liberação de recursos geridos pelo MEC, a partir de projetos estaduais e municipais onde se contemple a supervisão e o acompanhamento da execução, já no contexto do sistema nacional de avaliação;
- d. implantação de uma instância federal responsável pelos exames nacionais, integrada por técnicos e professores dos sistemas públicos, por especialistas em avaliação e por

- representantes de segmentos da sociedade civil organizada (sindicatos de trabalhadores, associações de pais de alunos, etc.);
- e. aplicação anual dos exames, com divulgação ampla dos resultados e acompanhamento da evolução de cada sistema;
- f. previsão, no orçamento do MEC, de recursos a serem aplicados nos sistemas onde os resultados sejam negativos, a partir de projetos elaborados e diretamente supervisionados pelo MEC, visando a elevação da qualidade do ensino naqueles sistemas;
- g. estabelecimento de novos e mais adequados parâmetros de mensuração da qualidade do ensino.

B.3 - Formação de Professores

- a. extinção dos atuais cursos de Habilitação ao Magistério;
- b. recriação das redes estaduais de Escolas Normais;
- c. revisão e implantação do currículo do curso de formação de professores para as quatro primeiras séries do 1º Grau.

B.4 - Revalorização da Carreira do Magistério

- a. revisão dos salários atuais, mantendo-os em patamares competitivos em relação ao mercado de trabalho de profissionais de qualificação semelhante;
- b. estruturação de Planos de Carreira, com mecanismos de progressão funcional vinculados tanto à qualificação quanto ao desempenho em sala de aula; e incentivos salariais à permanência em regência de classe, de modo a desestimular o abandono das salas de aula, em troca de funções burocráticas;
- c. incentivos salariais especiais aos professores do ensino básico dedicados ao atendimento dos segmentos mais problemáticos;
- d. responsabilidade financeira da União na complementação dos salários dos professores do 1º Grau, nas regiões e localidades que não tenham recursos suficientes para o financiamento dos novos planos de carreira, desde que o Estado ou Município em questão já esteja aplicando na Educação a totalidade dos percentuais exigidos por lei. Lembre-se que, para isto, a legislação atual, que proíbe a União de realizar tal iniciativa, precisa ser alterada.

3. Ensino Superior²¹

A. Recomendações

- a. desenvolvimento de programas de capacitação e atualização de professores dos ensino fundamental e médio, notadamente nas áreas científico-tecnológicas.
- c. desenvolvimento de programas que articulem a Universidade e a Educação básica: pesquisas, consultoria e assistência técnica aos sistemas públicos de ensino, disseminação de inovações metodológicas, etc.
- d. reestruturação dos cursos de formação de professores (Licenciaturas e cursos de Pedagogia).
- e. oferta de programas de Educação continuada para trabalhadores, técnicos e segmento gerencial, em conteúdos relativos à capacitação tecnológica.
- f. maior articulação/integração entre Universidade e empresas, através de programas de pesquisa, de pós-graduação e de cooperação e assistência técnicas.
- g. articulação entre as Universidades e as Secretarias estaduais e municipais de Educação, para redefinição dos cursos de formação de professores, definição de mecanismos e

²¹ Aqui, a ênfase maior está nos aspectos que dizem respeito à relação do Ensino Superior com a Educação Básica

estratégias de aperfeiçoamento em serviço, e identificação de formas de facilitação do acesso ao ensino superior para os professores em exercício que não tenham esse nível de formação.

B. Estratégias

B.1 - Formação de Professores

- a. reformulação dos Cursos de Pedagogia, visando a formação de professores-alfabetizadores e o desenvolvimento de pesquisas de novos métodos e técnicas pedagógicas para o Ensino Fundamental;
- b. criação de poucas e boas Escolas Normais Superiores, para a formação e o aperfeiçoamento de professores dos Cursos de Licenciatura;
- c. descentralização dos cursos de Licenciatura, de modo que cada Instituto ou Faculdade, nas áreas de conhecimento e disciplinas que compõem o currículo do ensino básico, ofereça a formação pedagógica ao longo de todo o curso de graduação;
- d. apoio, nas Universidades, aos cursos de Ciências Básicas (matemática, Física, Química e Biologia), e das Ciências Humanas/Sociais que oferecem Licenciaturas, visando a melhoria da formação dos professores do ensino de 1º e 2º Graus nas disciplinas dessas Áreas;
- e. revalorização da Prática de Ensino nos Colégios de Aplicação e nos Cursos Normais, com ênfase nos métodos e técnicas mais adequados às necessidades e características dos segmentos mais problemáticos da clientela do ensino básico;

B.2 - Reciclagem de Professores

- a. fortalecimento dos CEFAM- Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério, para atividades permanentes de atualização e retreinamento de professores do ensino básico, em programas vinculados às Universidades públicas;
- b. expansão das atividades de extensão universitária voltadas para a reciclagem de professores do ensino básico, tanto nos aspectos pedagógicos, quanto na atualização dos conteúdos das disciplinas que lecionam;
- c. criação de mecanismos de incentivo à reciclagem e atualização permanente (bolsas, progressão funcional, etc.);

B.3 - Expansão e Melhoria

- a. reforçar os cursos de Ciências Básicas: Matemática, Física, Química e Biologia;
- b. aumentar a oferta de vagas, nas Universidades Federais, principalmente nas disciplinas mencionadas, buscando atrair, através da expansão dos cursos noturnos ou da oferta de bolsas de estudos, os jovens que trabalham em tempo integral;
- c. combater a excessiva fragmentação profissional e a especialização precoce, que conduzem à ênfase no conhecimento instrumental;
- d. com base no item anterior e a exemplo de outros países, incluir disciplinas das "Humanidades" nos currículos de graduação das engenharias, tendo em vista as mudanças organizacionais em curso e seus reflexos nas funções gerenciais;

- e. retomar e implementar **de fato** a idéia de Ciclo Básico, no intuito de fornecer uma formação universitária abrangente, não especializada, no espírito do BA norte-americano, altamente valorizada hoje em dia no mercado de trabalho;
- f. a pós-graduação deverá se tornar mais flexível nos seus conteúdos e na sua estrutura, a fim de atender a clientelas com interesses distintos: docentes, pesquisadores e profissionais de alto nível das empresas e da administração pública, evitando introduzir diferenças na qualidade e no status da formação oferecida;
- g. esta flexibilidade implica também em combinações distintas de carga horária de aulas, de trabalhos individuais e de pesquisa, em atenção às várias vocações a serem atendidas;
- h. com o mesmo intuito da proposta anterior, abrir a Universidade, especialmente a pós-graduação, para profissionais com grande experiência, em condições de contribuir para a geração de conhecimentos, ainda que não possuam o currículo normalmente associado à carreira universitária;
- i. a pós-graduação deve dar alta prioridade à relevância dos temas de tese, levando em conta, no tratamento das questões, o caráter crescentemente interdisciplinar. Isto pode significar menor rigidez dos departamentos universitários para a avaliação de teses que interessem pelo seu conteúdo, ainda que ele ultrapasse os "limites" de suas áreas de conhecimento, ou que o candidato ao título não possua as credenciais formais daquele departamento ao qual apresenta o trabalho;
- j. a extensão universitária deve concentrar esforços na colaboração com programas de reciclagem profissional em todos os níveis: professores, trabalhadores qualificados, gerentes, técnicos e profissionais de alto nível;
- l. a autonomia universitária deve vir acompanhada de práticas de gestão mais profissionais, com vistas à maior captação de recursos próprios, tanto através de melhor gestão do patrimônio, como de maior cooperação com o sistema produtivo.

4. Gestão da Educação

A. Recomendações

- a. desenvolvimento de novos padrões de gestão da Educação, que contemplem maior participação da comunidade e dos diferentes segmentos da sociedade; fortalecimento da gestão democrática da escola, com a criação e aperfeiçoamento dos colegiados de pais e membros da comunidades, participantes da definição de objetivos e da avaliação do trabalho pedagógico.
- b. redefinição das funções, competências e responsabilidades dos diferentes níveis de administração educacional (União, Estados, Municípios e direção das escolas).
- c. descentralização das ações com Gestão articulada dos programas nacionais, regionais e locais.
- d. maior autonomia da unidade escolar - financeira inclusive - na prestação de serviços educacionais e maior responsabilidade pelas ações educativas.
- e. diminuição das desigualdades educacionais, com atendimento diferenciado e mais amplo às regiões e localidades que apresentem maiores problemas na manutenção e/ou na melhoria do ensino oferecido.
- f. institucionalização de planos nacional, estaduais e municipais, visando o estabelecimento das políticas públicas de ensino nacional, regionais e locais, visando sua continuidade e o engajamento efetivo da sociedade na realização das estratégias propostas para consecução de seus objetivos e metas.
- g. descentralização progressiva dos programas de merenda escolar e do livro didático.

B. Estratégias

- a. criação e institucionalização, no âmbito dos sistemas de ensino, de mecanismos de Gestão colegiada, envolvendo as representações da sociedade civil.
- b. consolidação de alianças e parcerias entre o MEC, o Conselho Nacional de Educação, o CONSED - Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação, a UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, o CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e o Fórum dos Presidentes dos Conselhos Estaduais de Educação.
- c. a desejada integração de ações educativas dos sistemas de Formação profissional e de Educação geral, pressupõe uma melhor articulação entre o MTb e o MEC.
- d. adoção de medidas de caráter legislativo e administrativo que permitam viabilizar as competências institucionais e as reformas necessárias à melhoria do funcionamento do sistema educacional: reformas curriculares, da formação do magistério, da carreira do magistério, das políticas salariais e de profissionalização.
- e. agilização e facilitação dos procedimentos que permitam ajustes na legislação dos sistemas de ensino a partir de novas experiências pedagógicas e curriculares, processos de avaliação, etc.

5. Educação Geral x Educação Tecnológica

Recomendações (e Estratégias)

- a. promover maior articulação entre a rede de escolas de ensino médio e o setor produtivo, órgãos e programas responsáveis pelas políticas industrial e de C&T.²²
- b. promover, nos cursos técnicos de níveis médio e superior, a adequação dos conteúdos programáticos à modernidade tecnológica.
- c. desenvolver planos institucionais de capacitação de docentes para a Educação tecnológica (a formação dos formadores).
- d. apoiar a implantação de núcleos de estudos e pesquisas para novas experiências e metodologias, realização de diagnósticos, perfis profissiográficos, difusão de informações, etc, relativos à Educação tecnológica.
- e. reforçar a infra-estrutura física, ampliando, modernizando e reorganizando laboratórios, oficinas e equipamentos, ampliando e atualizando as bibliotecas especializadas e capacitando recursos humanos para a manutenção dessa infra-estrutura.
- f. promover a Introdução de programas e disciplinas relativas à qualidade e à produtividade nos sistemas formal e não-formal de ensino.
- g. reforçar os orçamentos das instituições de Educação tecnológica, através de novas fontes (CNPq, CAPES, e outras instituições nacionais), de programas de cooperação internacional e, em parcerias com empresas.
- h. estimular programas de capacitação e treinamento da força-de-trabalho, no âmbito empresarial, em todos os níveis de atuação.
- i. identificar, potencializar e delimitar núcleos irradiadores de qualidade e produtividade, objetivando aproveitar o potencial dos Centros de Educação Tecnológica e das Escolas Técnicas, desenvolvendo projetos-piloto em qualidade e produtividade, reformulando currículos e metodologias de ensino, incentivando a reciclagem de docentes e estimulando a formação de agentes de qualidade e gestores de mudanças, como elementos animadores de todo o processo de inovação tecnológica.
- j. identificar e potencializar cursos de especialização em universidades e institutos de pesquisa com área de concentração em qualidade e produtividade, para especialização de docentes e pesquisadores, para desenvolvimento de projetos de pesquisa em interação

²² A criação de um Sistema Nacional de Educação Tecnológica, como proposto nos documentos (3) e (4), é uma idéia polêmica. A principal crítica é que a iniciativa poderá levar a aprofundar ainda mais a dualidade do nosso sistema educacional.

com o setor produtivo e para gerar conhecimentos e difundir técnicas relativas à qualidade e produtividade

l. estimular e promover estágios, nas empresas, de alunos e docentes de escolas técnicas, centros de Educação tecnológica, universidades e institutos de pesquisa, bem como reciclagem de técnicos das empresas nessas instituições de ensino e pesquisa.

m. apoiar a formação de pessoal nos diferentes níveis (doutorado, mestrado e especialização), no país e no exterior, de forma a possibilitar a implantação de núcleos de excelência em áreas afins à qualidade e produtividade.

n. extinção das diferenciações curriculares para o núcleo comum entre as escolas de 2º Grau de Educação geral e aquelas atualmente dedicadas ao ensino técnico. Tal como no ensino de 1º Grau, a escola de nível médio deve ser única e democrática. A Formação Especial, ao invés de sacrificar conteúdos do núcleo comum, deverá deslocar-se para o "pós-secundário".

o. na rede pública, a prioridade no ensino médio deve ser para o 2º Grau regular, de Educação geral, com ampliação das vagas em horário noturno, em locais acessíveis, para atender aos jovens trabalhadores, cuja demanda por este nível de ensino tem aumentado muito.

p. progressivo conhecimento das agências de Educação profissional do país, criando mecanismos de mobilização, sensibilização e informação dessas agências, estimulando a formação de parcerias.

q. desenvolvimento e fortalecimento de instituições locais, inclusive não-governamentais, que possam assumir papel de coordenação da política e planos de trabalho e qualificação.

r. consolidar e difundir um novo conceito de Educação profissional, como elemento indissociável do desenvolvimento sustentável, que não se confunde com o assistencialismo e nem substitui a Educação básica.

s. integrar todas as redes de ensino - Universidades, escolas técnicas federais e estaduais, o sistema SENAI/SENAC/SENAR, as escolas profissionais de sindicatos, as escolas do Movimento Popular - num grande sistema público de qualificação e requalificação profissional.

6. Atendimento a Jovens e Adultos Subeducados

A. Recomendações

a. ampliação do atendimento a jovens e adultos, oferecendo maiores oportunidades de acesso e complementarão da Educação básica.

b. estruturação e institucionalização de programas alternativos de Educação continuada.

c. articulação entre as administrações estaduais e municipais da Educação e as instituições especializadas de formação profissional e organizações não governamentais também dedicadas a ações educativas para jovens e adultos pouco escolarizados.

d. participação de sindicatos de trabalhadores e associações patronais, para a definição de estratégias de atendimento efetivo aos jovens e adultos trabalhadores que demandem Educação básica.

B. Estratégias

a. mobilização dos recursos disponíveis, para uma maior oferta de oportunidades educacionais à distância, atendendo à disponibilidade de tempo e possibilidades dos jovens e adultos trabalhadores.

b. articulação entre os diferentes níveis de administração do ensino e os órgãos de comunicação, para ampliação da oferta de programas de Educação continuada e à distância ao nível do ensino básico de Educação geral e de conteúdos profissionalizantes.

- c. facilitação legal e administrativa para a oferta de programas diferenciados de Educação escolar para jovens e adultos já integrados ao mercado de trabalho, com regimes especiais de frequência, alternância entre o atendimento presencial e à distância, regime de provas de suplência, etc.
- d. instituição de centros públicos de formação profissional, gratuitos e abertos à população de baixa escolaridade que não tem acesso ao atual sistema de formação profissional.
- e. desenvolvimento de um programa integrado de qualificação e requalificação de populações de baixa escolaridade, privilegiando desempregados e populações excluídas, especialmente grupos críticos de jovens e mulheres, usualmente também marginalizados do sistema de Educação e formação profissional.
- f. promoção do desenvolvimento didático-metodológico - envolvendo currículos, programas e recursos instrucionais (vídeos, livros, softwares) - adequados a processos de qualificação e requalificação profissional que levem em conta as peculiaridades e condições de diferentes clientelas - trabalhadores inseridos em processos de modernização, desempregados, jovens de baixa escolaridade, excluídos - das diversas regiões do país.

7. O Papel das Instituições de Formação Profissional

A. Recomendações

- a. flexibilizar a gestão do SENAI, de modo que ele se volte prioritariamente para a melhoria da qualidade, em detrimento da prioridade para a expansão da rede física, incentivando a parceria interna ao sistema (entre departamentos regionais) e externa (com órgãos públicos e privados, em especial com as empresas).
- b. ampliação do trabalho do SENAI com pequenas e médias empresas, seja de formação empresarial, de mão-de-obra ou de difusão tecnológica, em parceria com órgãos públicos e privados.
- c. parceria com instituições públicas e privadas para o atendimento aos segmentos excluídos do processo de modernização (desempregado estrutural e tecnológico);
- d. articulação entre as instituições de formação profissional (SENAI, SENAC e SENAR) para a criação de grandes centros integrados de formação profissional (nos moldes dos antigos "centros interescolares"), dedicados à qualificação nos três setores da economia, desde os cursos de curta duração, inclusive através do uso de unidades móveis, até os cursos de longa duração (de aprendizagem e de técnicos de nível médio), de acordo com as demandas identificadas e em parceria com o setor produtivo.

B. Estratégias

- a. utilização da capacidade instalada da rede do SESI - pela sua menor dimensão e maior disponibilidade de recursos - em programas de apoio aos sistemas públicos de ensino, para o desenvolvimento de projetos experimentais, visando a produção de inovações pedagógicas para posterior difusão na rede pública;
- b. utilização dos espaços ociosos do sistema SENAI, em parceria com toda e qualquer agência capaz de oferecer Educação básica, regular ou supletiva, para a oferta de oportunidades de Educação geral aos jovens e adultos pouco escolarizados;
- c. a atual rede de escolas técnicas do SENAI deverá ser transformada numa rede de Centros de Desenvolvimento Tecnológico, com marcada participação das associações setoriais da indústria. Para a ação destinada aos trabalhadores e técnicos é fundamental a participação do SENAI; para o segmento de nível superior, os Centros deverão se articular com as Universidades;

- d. abertura das instituições de formação profissional aos menos escolarizados, empregados ou não, em programas de profissionalização;
- e. reestruturação dos cursos regulares das instituições de formação profissional, privilegiando o desenvolvimento de uma "cultura tecnológica", com a substituição das disciplinas instrumentais por uma base sólida de conteúdos técnico-científicos amplos.
- f. o SENAI deve preservar os recursos provenientes das contribuições sobre a folha de pagamentos exclusivamente para as atividades que atendam aos interesses gerais da indústria; treinamentos do tipo "firm specific" devem ser financiados integralmente pelas empresas demandantes.
- g. através de seus Centros de Desenvolvimento Tecnológico, o SENAI deverá colaborar com as empresas também na experimentação e difusão de novas técnicas de organização do trabalho, com vistas a diminuir os riscos e as incertezas inerentes aos programas de reestruturação.

8. Participação Sindical

A. Recomendações

- a. maior participação das Centrais e dos sindicatos na questão da Educação básica e da qualificação profissional, inclusive na gestão dos recursos/sistemas públicos de Educação.²³
- b. fortalecimento da visão de formação profissional como parte do sistema regular de ensino e de políticas públicas que promovam o acesso ao mundo do trabalho.
- c. participação dos trabalhadores na elaboração e avaliação de programas e políticas de formação profissional, bem como na fiscalização da aplicação de todo e qualquer fundo de natureza pública e dos desenvolvidos nos locais de trabalho.
- d. prioridade para a alfabetização de trabalhadores nos cursos já oferecidos pelas empresas, preferencialmente através de convênios com a rede escolar e universidades públicas locais.
- e. ampliação do acesso do trabalhador ao ensino público em escolas próximas ao local de trabalho.
- f. vinculação dos processos de formação e/ou requalificação profissional aos processos regulares de Educação necessários em cada caso (alfabetização, ensinos fundamental, médio e superior).

B. Estratégias

Quanto às políticas e ações educativas:

- a. submeter a política de formação profissional, concomitantemente, ao Conselho Nacional de Educação e ao Conselho Nacional do Trabalho.
- b. formulação pública das políticas de Formação profissional, com amplo espaço para a participação dos trabalhadores na definição dos rumos dessa formação.
- c. gestão tri-partite de fundos públicos, agências e programas de formação profissional.
- d. no âmbito do MERCOSUL, associar a política de formação profissional a uma política de emprego elaborada com vistas a uma integração regional, sem se restringir às demandas empresariais.

²³ Essa Participação não deve ser exclusiva dos sindicatos de profissionais da Educação.

- e. os recursos compulsórios ou na forma de incentivos, destinados à formação e requalificação profissional devem ser considerados e administrados como fundos públicos, com a participação dos trabalhadores.
- f. devem ser constituídos conselhos tri-partites (trabalhadores, governo e empresários), para a gestão de agências de formação profissional (SENAI, SENAC, SESI e SENAR) ou de outras iniciativas complementares ao ensino regular de âmbito municipal, estadual, nacional e regional, visando rigoroso controle fiscal e formalização de processos sistemáticos de avaliação dos serviços prestados.
- g. criação de comissões paritárias para acompanhamento das iniciativas de formação profissional ou dos processos educacionais em curso nos locais de trabalho.
- h. liberação do trabalhador duas horas antes, para frequentar cursos de alfabetização, outros de formação regular ou de formação/requalificação profissional, sem prejuízo dos vencimentos dos trabalhadores.
- i. manutenção das contribuições legais do empresariado ao poder público, para fins de Educação, mesmo no caso de haver o financiamento de iniciativas educacionais próprias ou conveniadas por parte das empresas.
- j. constituição de centros públicos de formação profissional, integrados ao sistema nacional de Educação, com dotação orçamentária específica e sistema democrático e transparente de gestão e fiscalização.
- l. inclusão de itens relativos à Educação formal, qualificação e requalificação dos trabalhadores nas pautas de negociação.

Quanto à própria Participação sindical

- a. informar-se e participar dos Conselhos Municipais de Educação, dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares.
- b. informar-se e participar dos debates sobre qualquer tema que esteja ligado à Educação básica, superior e profissionalizante.
- c. buscar parcerias fora do contexto sindical para colocar em ação planos que possam melhorar ou começar iniciativas educacionais
- d. criar ou manter em seu sindicato um departamento que se ocupe exclusivamente de uma melhor formação e informação para sua categoria.
- e. incentivar os trabalhadores a acompanhar a vida escolar de seus filhos, além de participar do cotidiano da escola.
- f. utilizar a força política dos sindicatos para pressionar prefeitos, vereadores, empresários e demais autoridades ligadas à questão educacional.

9. Participação Empresarial

Recomendações (e Estratégias)

- a. investir mais em Educação e treinamento, especialmente dos segmentos menos qualificados;
- b. participar diretamente no esforço de melhoria do ensino público de 1º e 2º Graus, através de convênios de cooperação com as Secretarias de Educação, para a manutenção das escolas existentes nas comunidades onde se localizam as empresas;
- c. incentivar as novas modalidades de cooperação entre o setor produtivo e as Universidades, incluindo um maior apoio às pesquisas que se dedicam à busca de métodos e técnicas pedagógicas mais adequados à clientela da escola básica;
- d. efetivar a abertura de oportunidades educacionais nos espaços fabris (escolas anexas às fábricas) e criação de facilidades para que seus empregados menos escolarizados possam completar sua Educação básica, vencendo as resistências e os problemas que levam a

fracassar as iniciativas de ensino supletivo extra-empresa, pelo esforço adicional que exigem do trabalhador;

e. a gestão dos programas empresariais de formação profissional deve contar com a participação de representantes dos trabalhadores.

f. maior participação nos debates sobre a reforma do ensino (LDB) e as reestruturações curriculares que se fazem necessárias.

VI - ANEXO I

SUMÁRIO DO WORKSHOP "QUESTÕES CRÍTICAS DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA".

Após a abertura dos trabalhos, ouviu-se as palavras da profa. Eunice Durhan. Em relação ao documento que servia de base ao Workshop, não manifestou nenhuma discordância quanto ao diagnóstico e quanto às propostas, destacando em sua exposição as questões do magistério (principalmente salários), do financiamento da Educação e os problemas de gestão, numa enfática defesa da redistribuição das tarefas e responsabilidades de cada instância de governo, no sentido de se recuperar a "governabilidade", isto é, que cada instância de governo, e principalmente o Ministério da Educação, possam lançar mão de instrumentos de política que de fato permitam a definição e execução dos programas e projetos que são realmente prioritários para a resolução dos problemas educacionais.

Em seguida houve a exposição do texto-base, na qual os consultores destacaram cinco pontos que consideram fundamentais ao debate sobre as questões críticas da Educação:

- nas novas condições de abertura e de concorrência mundial, a Educação é um dos maiores "gargalos";
- no momento em que o país escolhe a palavra flexibilização como "mote" essencial, nós temos uma "rigidez", que é a baixa escolaridade da população brasileira;
- além de gastarmos mal, gastamos pouco com a Educação;
- investir na qualidade da Educação significa garantir condições de permanência e progressão na escola;
- o fundamental é um melhor desempenho e motivação do professor.

Em seguida à exposição, foi dada a palavra ao prof. Sebastião Martins, representante do CRUB, que reiterou o interesse do segmento do ensino superior em participar das discussões em torno dos problemas do ensino básico. A profa. Marília Miranda, representando o CONSED-Fórum dos Secretários Estaduais de Educação, manifestou-se em apoio ao documento-base, apresentando em seguida os quatro pontos específicos que tem norteado a ação do CONSED:

- gestão democrática da escola pública;
- valorização do magistério;
- integração da União, estados e municípios;
- garantia dos recursos vinculados à Educação e sua efetiva aplicação na função do ensino.

A profa. Vilma Queiroz, da UNDIME, Fórum dos Secretários Municipais de Educação, destacou a necessidade de se unirem esforços no sentido da superação dos problemas educacionais brasileiros. Deu bastante ênfase à questão da repetência, principalmente nas redes públicas de ensino do Nordeste; à necessidade de se proceder a avaliação dos sistemas públicos de ensino básico de todo o país; à importância da participação as Universidades na resolução dos problemas da Educação Básica; e à necessidade de maior participação do empresariado nestas questões, inclusive investindo mais e diretamente na Educação.

O Dr. Paulo Paixão, do DIEESE, levantou a questão da definição de prioridades básicas que encaminhem para um modelo de sociedade justa. Da mesma forma, destacou a necessidade de se refletir sobre instrumentos de controle da sociedade sobre as ações governamentais - por exemplo, o controle sobre a aplicação dos recursos da Educação, a

exemplo do que já vem sendo feito em outros países da América Latina. Nessa linha, defendeu uma maior participação social, dos movimentos organizados da sociedade, no estabelecimento de sistemas de controle e acompanhamento da gestão dos recursos públicos.

O Dr. Clemente Ganz, também do DIEESE, começou sua exposição indagando se o documento-base de fato representaria o que os atores sociais pensam sobre a questão da Educação e se esses atores - especialmente os trabalhadores - se sentiriam representados naquele documento. Apontou para o fato de que o documento apresenta os problemas mas não as suas causas, isto é, que os problemas citados não estão relacionados com a questão sócio-econômica mais ampla. Sugeriu que, nos próximos passos do trabalho, se instalasse um processo de discussão com os principais atores que, inclusive, gerasse um compromisso desses atores em torno das soluções necessárias ao enfrentamento dos problemas da Educação.

O Dr. Vilmar Carvalho, da CNTE falou em nome dos trabalhadores da Educação, relacionando o fracasso escolar e o fraco desempenho do sistema educacional à desvalorização do profissional da Educação. Destacando a questão salarial e a necessidade da gestão democrática da escola, reivindicou a existência de instrumentos legais, concretos, que obriguem as instâncias administrativas a efetivar um programa de revalorização do magistério, a começar do estabelecimento de um piso salarial nacional.

O Dr. Moacir Rubini, da CGT, se pronunciou positivamente em relação ao documento-base mas, considerando que alguns pontos a ele deveriam ser acrescentados, sugere a realização de um segundo encontro, especificamente com os trabalhadores, para uma discussão mais profunda dos pontos abordados no documento. Levantando questões que considera fundamentais, citou:

- o papel fundamental do Estado na questão da Educação básica;
- a questão da requalificação dos trabalhadores que estão sendo excluídos do processo de reestruturação produtiva;
- o caráter excludente das instituições de formação profissional (os quatro "S");
- o distanciamento dos sindicatos em relação à questão da Educação e da formação profissional;
- a gestão tri-partite dos recursos destinados à Educação;
- a melhor aplicação dos recursos do seguro-desemprego;
- o financiamento da Educação, inclusive com o apoio financeiro da União aos municípios, para melhoria dos salários dos professores;
- a participação dos trabalhadores na formulação da política educacional e na avaliação dessa política.

O Dr. Sebastião Neto, da CUT, destacou a escassez de oportunidades de qualificação profissional para os jovens de 14 a 20 anos e de pouca escolaridade, que são obrigados a enfrentar o mercado de trabalho sem qualquer iniciação profissional, já que a rede pública e as instituições de Formação profissional não oferecem cursos e vagas suficientes para todos.

No conjunto de questões abordadas no texto-base, destaca a discussão em torno da Educação tecnológica e a estruturação dos Centros Públicos de Formação Profissional. Da enorme ênfase à Questão dos recursos que financiam as instituições de formação profissional (cerca de 1,5 bilhão de reais), que considera como recursos públicos e sujeitos, por isso, ao controle da sociedade. Para tanto, propõe a gestão tri-partite das instituições (SENAI SENAC, SESI, etc).

Atividades de Grupo:

Embora questionassem a ausência de alguns temas considerados relevantes, os relatórios das atividades de grupo reiteraram a maior parte das questões e das propostas apresentadas no documento "Questões Críticas de Qualidade na Educação Brasileira" (versão preliminar), que serviu de base às discussões. As novas propostas, que emergiram do debate nos grupos de trabalho, foram objeto de atenção na revisão do referido documento, sendo incluídas aquelas que se mostraram adequadas aos objetivos do trabalho. Por isto, destacaremos aqui apenas os pontos que propõem acréscimos ao texto-base e delineiam a continuidade do trabalho das Subcomissões de Educação do PBQP/PACTI.

1. houve significativa ênfase na necessidade de se proceder a contextualização sócio-econômica do diagnóstico que integra o texto, principalmente no que se refere à problemática da Educação geral e ao seu mau desempenho (item 2.1) e à questão específica do magistério (item 2.2), analisando então as causas (históricas, sócio-políticas e econômicas) dos problemas apontados.

2. sugeriu-se a inclusão de outros temas além daqueles abordados:

- ensino técnico
- Educação continuada e ensino à distância
- Educação do empreendedor
- especificidade do papel do Estado junto ao ensino público e ao ensino privado
- ensino privado
- papel dos CEFET's e das Escolas Técnicas
- análise dos parâmetros usados para mensurar a eficiência do sistema educacional/proposta de novos parâmetros.

3. Para a continuidade dos trabalhos, propõe:

- que sejam promovidas, em caráter de urgência, reuniões das Subcomissões de Educação do PBQP/PACTI com os atores das questões abordadas no documento e nos trabalhos de grupo, para que se aprofundem determinados pontos, de forma a se poder extrair linhas de ação que ajudem concretamente a orientar os investimentos e atitudes das diversas instituições envolvidas. Dentre as instituições destacam-se o DIEESE, o sistema CNI/IEL/SENAI, o MEC e, por último, os Governos Estaduais, através dos fóruns de Secretários de Educação e dos Secretários de Indústria e Comércio.
- que se promovam novos workshops, com a presença de professores do sistema regular de Educação geral, com técnicos da área da formação profissional, com empresários, com sindicalistas, com técnicos do governo; enfim, com profissionais de todas as áreas abrangidas no debate sobre a qualidade da Educação.
- que se organize a continuidade dos trabalhos num sistema "modular" a ser executado da seguinte forma:

módulo 1: reuniões de trabalho específicas para cada um dos atores envolvidos (trabalhadores, empresários e governo), para aprofundamento das questões abordadas no texto-base já acrescido da contribuição do workshop de 12/07/95, tendo como resultados relatórios e planos de ação.

módulo 2: reuniões de trabalho temáticas, de caráter tri-partite, para aprofundamento dos principais temas que integram o PACTI (financiamento, gestão e formação profissional), tendo como resultados relatórios e planos de ação.

módulo 3: reunião de trabalho tri-partite, para consolidação dos resultados dos módulos 1 e 2.

- que se constituam fóruns, por tema específico, integrando as instituições parceiras, com cronogramas definidos para as reuniões.

- articulação das ações da Subcomissão de Educação PBQP/PACTI e, conseqüentemente, do texto-base, à discussão que se realiza em torno da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

- montagem de uma sistemática de divulgação, às instituições parceiras, do andamento dos trabalhos, procurando obter, como retorno, o interesse nas ações propostas.

- montagem de uma campanha de sensibilização para a questão educacional, nos mais diversos âmbitos, evidenciando que não se trata mais de defender apenas a cidadania, mas também de investir em um fator decisivo para a competitividade do país como um todo, no processo de globalização econômico-produtiva ora em curso.

VII - ANEXO II

Textos consultados para a Consolidação:

ANPEI - Dispendios Empresariais em Capacitação Tecnológica no Brasil. ANPEI/SEBRAE, SP, 1993. [1]

BRASIL/Ministério da Educação e do Desporto - Adequação da Educação Tecnológica ao Processo de Modernização do País - Plano de Ação. Comissão Interministerial, BSB, 1991.[2]

BRASIL/Ministério da Educação e do Desporto - Plano Decenal de Educação Para Todos. MEC, BSB, 1993 [3]

BRASIL/Ministério da Ciência e Tecnologia - Síntese dos Estudos do Setor de C&T no Brasil. BSB,S.D. [4]

BRASIL/Ministério da Ciência e Tecnologia - Termo de Referência do PACTI. IBICT/FBB, BSB, 1993. [5]

CASTRO,C.M. - Educação Brasileira: Consertos e Remendos. ILDES/FES. SP, 1994. [6]

CEDES/Centro de Estudos Educação e Sociedade - Programa de Pesquisa em Ciência, Tecnologia, Qualificação e Produção. SP, 1994. [7]

CNI/ACE/OIE - Educação Básica e Formação Profissional: Uma Visão dos Empresários. CNI-Confederação Nacional da Industria, Salvador, 1993. [8]

FORÇA SINDICAL - Brasil, Já Para a Escola! Educação Para Todos e Todos Pela Educação. Força Sindical/UNICEF, SP, 1995. [9]

FUNDAÇÃO BRADESCO/INSTITUTO HERBERT LEVY - Educação Fundamental e Competitividade Empresarial: Uma Proposta Para a Ação do Governo. Gazeta Mercantil, SP, 1993. [10]

IEA/USP - Memória do Fórum Capital/Trabalho. SP, 1991/1992. [11]

IEDI - Competitividade e Educação: Estratégias Empresariais, SP, 1992. [12]

SALM,C. e FOGAÇA,A - Estudo da Competitividade da Industria Brasileira - Condicionantes Sociais da Competitividade: Educação Básica e Competitividade. UNICAMP/UFRJ, 1993. [13]

SEBRAE/CNPq - Plano Diretor de Formação e Capacitação de Recursos Humanos. BSB, 1992 [14]

SENAI - Tecnologia e Desenvolvimento; O Que Muda na Formação Profissional. SENAI/RJ, 1994. [15]

SENAI - Desafios e Oportunidades: Subsídios Para Discussão de Uma Nova Política de Formação Profissional Para a Indústria no Brasil. SENAI/DN, RJ, 1994 [16]

ZAGOTTIS,D.L. - Inserção Competitiva, Universidade e Sociedade. Fórum Brasil 1995. RJ, 1994. [17]

MÉDICI,A.C. - Qualidade Total nas Escolas: Realidade ou Utopia. IPEA/CENDEC, BSB, 1993. [18]

CUT-Central Única dos Trabalhadores - Resoluções do 5º CONCURT, (mimeo). [19]

BRASIL/Ministério do Trabalho - Educação Profissional: Um Projeto Para o Desenvolvimento Sustentável. BSB, Jun 1995 (mimeo) [20]

BRASIL/Ministério da Ciência e Tecnologia/PBQP/PACTI - Relatório Executivo do Workshop "Questões Críticas de Qualidade na Educação Brasileira". SP, Jul 1995 (mimeo) [21]

Outras referências bibliográficas:

CARVALHO,R.Q. - Projeto de Primeiro Mundo com Conhecimento e Trabalho de Terceiro? - Um Estudo Comparativo das Implicações da Aceleração da Mudança Tecnológica para os Processos de Trabalho e os Recursos Humanos na Indústria - UNICAMP, 1992. (mimeo)

FRACALANZA, P.S. - "O Financiamento da Educação Pelo Governo do Estado de São Paulo". Dissertação de Mestrado, IPE/USP, 1995.

NAMO DE MELLO,G. e NEUBAUER DA SILVA,R. - "Política Educacional no Governo Collor: Antecedentes e Contradições". IESP, 1992 (mimeo)